

Boletim Trimestral 33

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

“...felicita a iniciativa da comissão, em comemorar os 50 anos...”

“...bem hajam pelo que me ensinaram e muito obrigada pela caminhada em conjunto, pelo Alentejo...”

**“...foram tempos de intensa atividade e de realização pessoal e profissional...
...destes anos ficará o reconhecimento do enorme valor dos agentes desta região...”**

“...formámos uma grande equipa de amigos e, estou certo, fizemos o melhor que soubemos e pudemos pelo nosso alentejo...”

“...as CCDR... constituem sem dúvida, excelentes órgãos técnicos de gestão e planeamento dos territórios com uma experiência acumulada...”

**“...enquanto atual presidente desta instituição, com uma história rica de 50 anos...
... a região tem convergido com o país e com a europa, assegurando a coesão interna...”**

“...tive...o privilégio de trabalhar com uma equipa admirável, que recorro com gratidão e imensa satisfação desses 16 anos...”

“...prevalece um sentimento de dever cumprido e de uma experiência profissional enriquecedora...”

Ficha técnica

Propriedade

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

Roberto Pereira Grilo

Diretor Executivo

Maria Margarida Louro

Conceção Gráfica e Paginação

Gabinete de Comunicação

Edição

junho 2019

Colaboradores internos

Amável Candeias
Carlos Almeida
Carlos Branco
Carla Lázaro
Maria João Alface
Nelson Faustino
Teresa Godinho

Capa

50 anos de CCDR - Citações dos presidentes

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

- 04 Destaques**
50 anos de CCDR
- 12 Análise regional**
Conjuntura Regional
- 18 Para uma Administração Local de Excelência**
Animais de Companhia - Mudança de Paradigma no Seu Controlo e Gestão
- 24 Perspetiva 2020**
Tendências regionais na educação, na investigação e na ciência
- 34 O Alentejo no Contexto do Portugal 2020**
Síntese de Execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 31 de Março de 2019
- 43 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020**
Investimentos em Destaque
- 46 Síntese de Execução do Alentejo 2020 - Situação a 31 de Março de 2019**

2019 - Ano em que se assinala o Cinquentenário das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

O ano de 1969 foi um ano marcante para o Planeamento Regional em Portugal : em março foi feita a divisão do território do Continente e Ilhas Adjacentes em 6 regiões e, em novembro, foram decretadas as Comissões de Planeamento, entre elas a Comissão de Planeamento da Região Sul, com sede em Évora.

Em finais de 1979 foram criadas as Comissões de Coordenação Regional.

Em 23 de março de 2003, o Decreto Lei nº.104 criou as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional-CCDR.

Neste Boletim, quisemos fazer uma especial referência a esta “história” e, em Destaque, publicamos breve testemunho/depoimento dos Presidentes desta CASA.



1 9 6 9 - 2 0 1 9

CCDR ALENTEJO

Destaque

50 anos de CCDR

2019 - Ano em que se assinala o **Cinquentenário da criação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional**.

Breve “olhar” sobre a sua história, através de Testemunhos / Depoimentos de ilustres Presidentes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo-CCDR.



Armando José Perdigão - Presidente de maio de 1970 a maio de 1975



Carlos Portas - Presidente de outubro de 1976 a novembro de 1976



Manuel Ferreira Patrício - Presidente de agosto de 1977 a julho de 1978



António José Carmelo Aires - Presidente de dezembro de 1979 a abril de 1996



Carlos Manuel Inácio Figueiredo - Presidente de abril de 1996 a junho de 1997



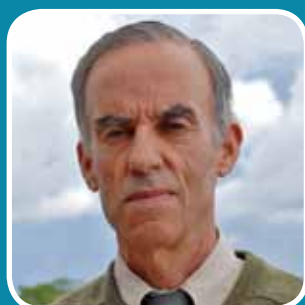
José Ernesto Ildefonso Leão d'Oliveira - Presidente de junho de 1997 a janeiro de 2002



João Transmontano de Oliveira Miguéns - Presidente de outubro de 2003 a setembro de 2005



Maria Leal Monteiro - Presidente de setembro de 2005 a janeiro de 2010



João de Deus Cabral Cordovil - Presidente de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2012



António José Costa Romanos Dieb - Presidente de fevereiro de 2012 a julho de 2015



Joaquim Roberto Pereira Grilo - Presidente de julho de 2015 até à presente data

Armando Perdigão falecido em 1990.

Carlos Portas e Manuel Ferreira Patrício: não foi possível recolher os seus testemunhos.

António José Carmelo Aires - Presidente de dezembro de 1979 a abril de 1996

Pedem-me que faça um depoimento breve sobre o período de 16 anos em que presidi à CCR Alentejo, período esse contido nos 50 anos de existência das Comissões de Planeamento, de Coordenação e de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Elaborar um testemunho breve para um período tão alargado é um atarefa quase impossível. Vou tentar...

Começo por referir o complexo enquadramento político-institucional da época em que iniciei funções (final de 1979), período em que a jovem democracia dava ainda os primeiros passos do período pós-constitucional. Tinham terminado os governos provisórios e o novo governo eleito procedia ao ajustamento da máquina do Estado, para poder cumprir o melhor possível a sua missão perante os portugueses. Este período tornava-se ainda mais complexo para a Comissão, sendo esta uma organização de vocação transversal, intersetando quase todos os setores da estrutura do Estado e dialogando com os serviços desconcentrados dos vários setores da administração central. Estes eram na generalidade débeis e falhos de competências (exceção feita à agricultura) mas em evolução nas estratégias dos respetivos ministérios para o seu robustecimento. Da maior importância foi o aparecimento de emergentes protagonistas legitimados pelo voto – os municípios – animados da maior vontade de cumprir o seu papel no processo de desenvolvimento dos seus concelhos e da sua região. Era neste ambiente que a CCR se teria que movimentar.

Entendi que seria importante refletir primeiro sobre o que se pretendia da CCR, dos seus objetivos e das suas prioridades, no quadro das atribuições e competências que legalmente lhe tinham sido atribuídas. Senti que um bom relacionamento interinstitucional e pessoal seria de relevante importância para o cumprimento da nossa missão. Achei que seria imperativo exigência e rigor no contacto com os meus interlocutores no terreno e dar uma imagem de isenção e igualdade no relacionamento com todos eles, praticando-a. Era importante não deixar que as divergências institucionais prejudicassem as relações pessoais e fazer todos os esforços para manter estas a nível elevado. Fiz esforços para que compreendessem e aceitassem que tínhamos todos um objetivo comum, que era o Alentejo, e que tudo o que de bem fizéssemos ajudaria o seu desenvolvimento e o consequente bem-estar das suas gentes.

No relacionamento com o nível superior seria necessária uma postura de lealdade sem subserviência, de clareza e firmeza nas opções e nas propostas a fazer, acreditando e lutando por elas. Conviria ser persuasivo, medindo até onde se poderia ir, e lutar para atingir as metas definidas. Era importante ter a noção de que, comparativamente com outras regiões, o Alentejo era politicamente débil, o que exigiria coragem, firmeza e esforços redobrados para atingir os mesmos resultados que as demais Comissões.

No plano interno, sempre assumi que ser chefe era mais do que mandar. Era liderar uma equipa e encontrar os melhores para a integrarem. Foi uma mais valia o “núcleo duro” de colaboradores, competentes e interessados, que me chegaram provenientes da extinta Comissão de Planeamento da Região Sul. Reforcei a equipa com gente em cujas capacidades acreditei e “herdei” mais colaboradores por integração de outros serviços na Comissão e a todos procurei transmitir esse espírito de equipa e de “amor à camisola”. Obviamente que com capacidades e responsabilidades diferentes, senti sempre da parte de todos a lealdade, a competência e a vontade de fazer bem o seu trabalho. Tive, pois, o privilégio de trabalhar com uma equipa admirável, que recordo com gratidão e imensa saudade desses 16 anos.

Uma reflexão não é um comentário e muito menos um relatório. Tudo o que se fez ao longo desses anos está documentado. Procurámos divulgar, em publicações próprias, as realizações mais importantes. Tudo o resto pode ser procurado, pelos mais interessados, nos arquivos da Comissão. Vou apenas dar uma perspetiva muito geral da atividade da Comissão, a qual poderei delimitar em dois períodos, sendo que esses limites se interpenetram, garantindo a necessária estabilidade e coesão.

No primeiro, privilegiou-se a função de estudos e planeamento, aprofundando o conhecimento do espaço regional e das suas potencialidades, apontando e propondo vias para as aproveitar e desenvolver. Apoiou-se a atividade dos municípios, com prioridade para os mais débeis e de menores recursos humanos. Face à debilidade, já atrás referida, dos serviços desconcentrados setoriais, a Comissão preencheu esse espaço, trabalhando em articulação com as Direções Gerais Setoriais e, especialmente, com os Gabinetes de Planeamento. A esta articulação e seus (bons) resultados não foi estranha a total liberdade de a Comissão, através do Presidente, ter acesso direto e fácil aos membros do Governo setoriais, apresentando e debatendo propostas de interesse

para o Alentejo, muitas das quais concretizadas. Iniciaram-se também os primeiros contactos com as autoridades territoriais, do outro lado da fronteira.

O segundo período foi balizado pela criação do MPOT e pela entrada de Portugal na União Europeia. As prioridades políticas apontaram para um relacionamento com as entidades comunitárias, nomeadamente com as relacionadas com as ajudas financeiras ao país, no âmbito dos Fundos e também na gestão dos QCA. Obviamente que, embora com o reforço de alguns meios humanos, o trabalho que caracterizou o primeiro período diminuiu acentuadamente. Mesmo o relacionamento com os municípios passou a ser feito, na sua maior parte, no âmbito dos programas e projetos candidatados ao apoio da CE. A relação com os setores passou a processar-se de forma diferente pois as suas estruturas regionais passaram a deter uma acrescida capacidade de diálogo, que lhe advinha do robustecimento conferido pelos ministérios que os tutelavam, quer nos meios, quer nas competências.

Pela primeira vez, a CCR dependia de uma tutela única que, embora acarretando algumas limitações na sua atuação, garantia, no entanto, orientações mais precisas e contactos mais frequentes com o Ministro e Secretários de Estado. Passou a haver despachos pessoais no mínimo semanais, reuniões de coordenação com todas as Comissões, visitas dos Ministro ou Secretário de Estado à região, sensibilizando-o para a necessidade de soluções para os problemas mais prementes. Também neste período se aprofundaram os contactos internacionais, especialmente no quadro dos organismos associativos das regiões europeias, quer os de carácter mais geral, quer os de vocação setorial. Nalguns deles, o Alentejo foi membro cofundador e, em vários, foram-lhe conferidas posições de relevância nos órgãos dessas associações. Também houve um aprofundamento na relação com a vizinha Espanha, nomeadamente com a Extremadura, tendo-se assinado um convénio de cooperação, o que sucedeu pela primeira vez em Portugal.

De referir ainda, neste período, que, depois de muitos anos de esforços e insistências, foi possível reunir todos os serviços da Comissão, espalhados em sete locais na cidade, num edifício sede, moderno e digno, e concebido também para uma abertura e disponibilidade de acolhimento a iniciativas de outros serviços do Estado e mesmo da sociedade civil.

Saí da Comissão a meu pedido. As pessoas não se devem eternizar nos lugares, embora uma rotatividade demasiada não traga nenhuns benefícios, antes pelo contrário. Fui nomeado por um Governo não partidário e ainda hoje desconheço quem teria sugerido o meu nome para estas funções. Servi sob tutela de governos partidários, sozinhos, em alianças e em coligações, com lealdade ao país e ao Alentejo e, no âmbito das minhas atribuições e competências e das orientações políticas superiores. Estas, felizmente, nunca colidiram de forma significativa com os limites dos meus princípios e da minha consciência.

Creio ter feito o melhor que pude e soube, durante uma parte significativa da minha vida. Há sempre algo que fica por fazer, ou porque não o conseguimos, ou porque nos impediram. Alguns erros certamente cometemos, errar é humano. Foi um período que vivi intensamente e que me marcou para sempre.

Évora, 26 de maio de 2019

A. J. Carmelo Aires

Carlos Manuel Inácio Figueiredo - Presidente de abril de 1996 a junho de 1997

Foi com o maior prazer e entusiasmo que exerci, há mais de duas décadas, as funções de Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo de que guardo imensas recordações positivas, principalmente de todos os colaboradores que, de forma competente e com grande empenhamento pessoal, deram o seu melhor na concretização de inúmeros projetos e atividades em prol do desenvolvimento regional do Alentejo.

Considero que as Comissões de Coordenação Regional ou de Desenvolvimento Regional, tal como hoje são denominadas e muito corretamente, constituem sem dúvida excelentes órgãos técnicos de gestão e planeamento dos territórios com uma experiência acumulada e provas dadas que, por isso mesmo, são instrumentos indispensáveis para a afirmação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento que emergem no nosso país e que, de algum modo, os Programas Regionais alicerçados numa combinatória de fundos comunitários e nacionais procuram apoiar e incentivar.

Assim, importa preservar e alargar as suas atribuições relacionadas com o desenvolvimento territorial nas suas

múltiplas vertentes operativas, sem prejuízo do surgimento de uma dimensão de natureza política, porventura associada ao futuro processo de regionalização administrativa do País, tanto mais que o conhecimento do terreno e a já longa e saudável experiência de relacionamento com os municípios e as diferentes entidades intermunicipais é um elemento de fundamental importância para a gestão futura dos territórios.

À CCDR do Alentejo caberá certamente o desígnio de afirmar uma Visão de prospekta territorial focada no território do Alentejo, mas considerando sempre a necessidade de integrar uma perspectiva policêntrica do desenvolvimento urbano e regional, que promova uma cooperação inter-regional mais intensa e pró-ativa à escala nacional e com uma particular ênfase à escala ibérica e europeia, privilegiando evidentemente a cooperação transfronteiriça na base dos territórios de proximidade regional contíguos do país vizinho.

Na verdade, o que está em causa é promover uma abordagem do desenvolvimento regional que antecipe um futuro com novas dinâmicas de crescimento e de bem-estar para as populações, baseadas preferencialmente num espírito de abertura e cooperação inter-regional suscetível de proporcionar as condições indispensáveis para a sustentabilidade destes territórios e, bem assim, do seu valioso capital simbólico.

Estou convicto que o papel da CCDR do Alentejo é absolutamente incontornável para que seja possível vencer os desafios económicos, sociais e demográficos que o Alentejo enfrenta e construir um futuro melhor para todos. O Alentejo tem Futuro!

José Ernesto Ildfonso Leão d'Oliveira - Presidente de junho de 1997 a janeiro de 2002

São 50 Anos de vida de um organismo público que, quanto a mim, se veio afirmando como a mais conseguida realização do objectivo Constitucional da Descentralização do Estado, apesar dos avanços e recuos que o processo foi conhecendo ao longo das suas cinco décadas de existência. Tive a honra de, primeiro como Vice e depois como Presidente ter presidido a este órgão descentralizado da Administração Central do Estado (1996-2001), sob a dependência directa do então Ministério do Planeamento através das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e do Ordenamento do Território.

As competências que então nos eram delegadas compreendiam a direcção e acompanhamento Regional de todo o processo de Ordenamento Territorial, apoio Administrativo às Autarquias Locais, gestão do Programa Operacional Regional e iniciativa Comunitária Interreg, a realização de estudos de caracterização e planeamento Regional e a representação da Região no âmbito da Cooperação Transfronteiriça. Foram anos de esperança e de entusiasmo na preparação para o processo de Regionalização, que estava em curso, dando cumprimento ao objectivo Nacional e Constitucional. Desse tempo refiro como marcantes e que, com modesto orgulho, me permito destacar pela importância histórica e impacto que tiveram para o Alentejo: o início e arranque definitivo das obras de construção da barragem de Alqueva; a consolidação e desenvolvimento do porto de Sines como Porta Atlântica da Europa; a preparação, negociação e aprovação pela Comissão Europeia do "PorAlentejo" QCA III (2000-2006); a organização da nossa representação na EXPO98 e o reforço e desenvolvimento da cooperação transfronteiriça Alentejo/ Extremadura. Foram momentos exaltantes traduzidos nas palavras que transcrevo do texto de introdução do PorAlentejo:

" À qualificação do território deve associar-se a qualificação das pessoas e das organizações para que a execução deste Programa Operacional e a concretização dos seus objectivos se constitua como um tempo de mudança e inovação, que reforçando os nossos traços de identidade e genuinidade, nos garantam a modernidade necessária ao nosso desenvolvimento sustentado".

Foi uma honra e um prazer ter trabalhado com os Ministros, Eng.º João Cravinho e Prof.ª Elisa Ferreira, com os Secretários de Estado, Dr. José Augusto Carvalho e Eng.º Ricardo Magalhães, com a excepcional competência e dedicação ao Serviço Público dos técnicos que compunham os quadros da CCRA de que destaco, não esquecendo todos os outros, o Dr. Manuel Bento Rosado, gestor do Programa Operacional. Formámos uma grande Equipa de Amigos e, estou certo, que fizemos o melhor que soubemos e pudemos pelo nosso Alentejo.

Évora, maio de 2019.

José Ernesto Oliveira

João Transmontano de Oliveira Miguéns - Presidente de outubro de 2003 a setembro de 2005

Não é fácil evitar lugares comuns, quando uma efeméride se insere ou deve inserir na normalidade da vida quotidiana.

O Alentejo é uma região que tem potencialidades económicas e de desenvolvimento enormes, nomeadamente no sector agrícola e turístico, e que reúne as condições ideais para o personalizar todos os princípios de uma nova geração de fundos estruturais, baseada num impulso mais forte de política relativa à coesão económica e social.

Ao evocar 50 anos desta grande instituição alentejana de referência que é a CCDRA, é ao mesmo tempo uma homenagem ao passado. evidenciando as responsabilidades do presente e as esperanças na preparação do futuro.

Existe sempre um pressentimento de milhares de memórias, já muito fragmentadas, mas que ainda respiram o silêncio, o silêncio de todas as coisas que são mais vastas que nós.

Cinquenta anos são passados.

Revivemos, vivendo.

Os dois anos que convosco estive constituem uma catadupa de imagens, oníricas realidades, fantasmagóricas ilusões, momentos que traduziram as imagens das nossas vidas, princípio e fim, sempre que ninguém possa dizer o tempo que passou de uma ponta à outra ponta, afinal entre os quais vivemos no cumprimento das nossas missões.

Não vivi em mim próprio, vivi talvez a vida de todos.

Muitas das minhas recordações, desvaneceram-se, ficaram em pó como um vidro irremediavelmente partido.

Cinquenta anos CCDRA. Um presente que é passado, num obrigado submisso na liberdade que sempre me outorgaram, toda a excelência das suas chefias, técnicas, colaboradores e funcionários.

Bem hajam pelo que me ensinaram e muito obrigado pela caminhada em conjunto, pelo Alentejo.

João Transmontano

Maria Leal Monteiro - Presidente de setembro de 2005 a janeiro de 2010

Felicita a CCDR Alentejo pela iniciativa e agradece o convite mas, por motivos pessoais, não lhe será possível corresponder ao solicitado.

Reitera sinceros votos de êxito para esta iniciativa.

João de Deus Cabral Cordovil - Presidente de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2012

Testemunho sobre dois anos na Presidência da CCDR Alentejo

(fevereiro 2010 - fevereiro 2012)

O XVIII Governo Constitucional tomou posse a 26 de outubro de 2009. As CCDR tinham, neste Governo, a Tutela do Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento, e do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Fui convidado, em janeiro de 2010, pelo Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, Vieira da Silva, e pela Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dulce Pássaro, a assumir as funções de Presidente da CCDRALentejo. Iniciei funções em fevereiro.

Em 2010, a minha ligação à CCDR Alentejo tinha “30 anos de história”, vinha de 1979 quando iniciei funções como economista no Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais de Castro Verde, exatamente no mesmo ano em que as CCDR foram criadas, sucedendo às Comissões de Planeamento Regional.

Ao longo de três décadas (1980-2010) exerci atividade profissional bastante diversificada, nos anos 90 essencialmente como consultor independente e na primeira década deste século em cargos de nomeação governamental, na Coordenação das Medidas Desconcentradas do Emprego, Formação Profissional e Desenvolvimento Social do Alentejo (desde abril 2000 até final de 2009) e de Vogal da Comissão Diretiva do Inalentejo (desde outubro de 2007).

Aceitei a responsabilidade de presidir à CCDRA porque existia uma relação de confiança com os responsáveis da tutela política e também por saber que tinha a experiência necessária para o exercício do cargo, sem ignorar a exigência do que me esperava.

Partilhei a responsabilidade de orientar a CCDRA com duas Vice-Presidentes, Lina Jan e Paula Nobre de Deus. Fui ouvido relativamente à sua nomeação. Constituímos uma equipa muito coesa. Devo-lhes uma palavra de especial gratidão, pessoas de rara qualidade, com forte sentido de serviço público.

Valorizámos os vários níveis de direção intermédia na CCDRA, procurando ouvir e estabelecer orientações numa base partilhada e, sempre que possível, consensual. Procurámos ouvir cada colaborador da CCDRA e estimular que desse o seu melhor no plano profissional e reforçando o sentido de serviço público.

Relativamente à missão da CCDRA procurámos contrariar uma visão redutora do seu papel, confinado à gestão de fundos comunitários e de atividades de licenciamento em domínios específicos.

Assim, atribuímos primazia à cooperação estratégica para o desenvolvimento, em conjunto com parceiros públicos e privados, procurando influenciar a concepção e aplicação das políticas públicas, com uma visão integrada e de forma a corresponder melhor a legítimas aspirações de nível regional. No mesmo sentido, sempre afirmei com clareza a convicção de que o Alentejo tinha tudo a ganhar com uma CCDR Alentejo institucionalmente forte.

Até ao final do nosso mandato, em fevereiro de 2012, exercemos com espírito de missão, lealdade institucional e respeito pelos interlocutores externos da CCDRA as funções que nos foram confiadas.

Prevalece um sentimento de dever cumprido e de uma experiência profissional enriquecedora, mesmo tendo deparado desde a entrada em funções do XIX Governo Constitucional (junho de 2011) com ausência de acompanhamento e solidariedade institucional por parte da tutela política, em particular no que respeita à gestão do Programa Operacional Regional.

Quando regresso à sede da CCDRALentejo, em Évora, sinto-me “em casa” e é muito gratificante o (re) encontro com “colegas de trabalho” que dirigi nessa fase da minha vida.

Gratificante também o conhecimento de pessoas facultado pelo exercício destas funções, de que posso mencionar, a título de exemplo, o Comendador Rui Nabeiro. Amizade que ficou para o resto das nossas vidas, devo-lhe palavras sábias e continuo a visitá-lo, sempre que posso, em Campo Maior.

01 de Junho de 2019

João de Deus Cabral Cordovil

Escrito em Safara, onde resido desde 1983, num dia que anuncia o próximo verão, já com temperaturas acima dos 35°C.

António José Costa Romeno Dieb - Presidente de fevereiro de 2012 a julho de 2015

Entre fevereiro de 2012 e julho de 2015 tive a honra de estar como Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Foram tempos de intensa atividade e de realização pessoal e profissional, procurando contribuir para o desenvolvimento da nossa terra, sempre com a ideia e prática claras de que teríamos que juntar vontades, partilhar objetivos e reforçar a confiança entre todos os Agentes do território.

O planeamento e parcerias foram uma constante nas áreas de competência da CCDRA, onde se procurou um desempenho responsabilizador, tendo como referencial o conceito de administração que parte de princípios e estabelece orientações e é capaz de equacionar e operacionalizar soluções para dar resposta às expectativas que lhe são colocadas, assegurando transparência e prestação de contas.

A reorganização dos serviços, com a preocupação de manutenção do trabalho desenvolvido pelos anteriores responsáveis da instituição, com introdução da visão da então presidência e de cumprimento das orientações superiores, consideramos que foi positiva e teve impacto na relação de serviço público.

Tive a sorte de contar com o apoio da equipa da CCDRA / INALENTEJO, competente e leal, alicerce de qualquer vontade.

A proximidade grande estabelecida com todos os agentes regionais: municípios, instituições de ensino superior

e tecnológico, organizações públicas, IPSS, associações empresariais e sindicatos, proporcionou um trabalho conjunto frutuoso em prol do desenvolvimento da região, em que nos ouvimos, nos entendemos no que é importante.

Todos ambicionávamos um Alentejo mais coeso, mas também com acréscimo da competitividade. Um Alentejo com identidade cultural, com valor ambiental e os seus recursos humanos e de conhecimento.

Destes anos fica o reconhecimento do enorme valor dos Agentes desta Região.

Ao assinalarmos os 50 anos da publicação da legislação que gerou as atuais CCDR, importa ir além das circunstâncias, aproveitando a oportunidade para insistir na ideia de que podemos e devemos tirar mais e melhor partido destas instituições.

Importa valorizar esta Casa, dando-lhe as responsabilidades e meios para consolidar, sempre e mais, o seu papel de orientação, coordenação, de vontades, objetivos e resultados, sem se substituir a outras Instituições na legitimidade das suas atribuições.

Importa reforçar o espaço de decisão na proximidade, pelo conhecimento da realidade e articulação de agentes e recursos, tornando o Estado mais eficiente e acima de tudo mais capaz de satisfazer o desígnio maior de contribuir para a felicidade dos Cidadãos.

O esforço a realizar é de dimensão, ainda mais em espaços de periferia num país que é centralizado e em que as dimensões de reorganização e reforço das regiões, ciclicamente retornam à discussão do modelo, sem que se avance na concretização.

Não creio que se precise ser definitivo na identificação da forma de valorizar as regiões; acredito que há evidências fortes que aconselham evoluir no sentido de as orientações transversais de política pública serem implementadas de igual modo em todo o país, ao mesmo tempo que se assegura o espaço formal e operacional para que as outras políticas, as focadas nas especificidades dos territórios, tenham decisão de proximidade e em que todos os Agentes são valorizados. A coesão nacional será reforçada pela coesão territorial.

As CCDR ultrapassaram conceções diferenciadas, afirmaram-se e são reconhecidas como elementos essenciais da gestão pública, ocupando um nível intermédio de governação que importa ser clarificado.

Na região teremos que continuar a encontrar formas de organização e de criação de sinergias, que permitam alcançar os nossos objetivos de desenvolvimento e, a CCDR Alentejo teve e poderá ter um papel que se quer estruturante nesta ambição.

O Alentejo será capaz de crescer ao que fez no passado, os desafios que estão à nossa frente. Importa manter a região em torno do que é prioritário. Um Alentejo distinto, competitivo e responsável.

Fica este breve testemunho da oportunidade que tive em participar, no contexto de tempo e modo, para um percurso que é de Todos.

António Costa Dieb

Alentejano; Português

Joaquim Roberto Pereira Grilo - Presidente de julho de 2015 até à presente data

Meio século de Planeamento do Desenvolvimento Regional – dos desafios às realizações em parceria

Em cada tempo, deste tempo que dura já há cinquenta anos, o planeamento regional tem feito o seu caminho sabendo adaptar-se às circunstâncias internas e externas sem se desviar do seu objetivo principal e que é o desenvolvimento sócio económico das regiões.

Se, implementar uma estrutura profissional com capacidades para pensar e pôr em prática Planos de Fomento foi um trabalho hercúleo nos anos sessenta com a formação das Comissões de Planeamento Regional, não menos importante e decisivo para o futuro foi a sua transformação nos anos setenta em Comissões de Coordenação Regional e mais tarde em Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Às competências de representante da Administração Central no território juntaram-se as funções de gestão dos instrumentos de financiamento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, com a CCDR Alentejo a aproveitar todas as oportunidades para vincar a necessidade de um apoio mais decidido às prioridades de

investimento afiliadas aos interesses regionais.

Nos tempos atuais existem os mecanismos e os financiamentos para se continuar na senda do progresso da Região, com desafios novos que se prendem com a realidade dos tempos modernos

Daí a preocupação de interferir, pela positiva, na construção de respostas que contribuam para a territorialização das políticas públicas setoriais, tendo por finalidade melhorar as condições de eficácia e eficiência de financiamentos da Política de Coesão mas também de intervenções regionais em domínios de relevância para o futuro do Alentejo (alterações climáticas, regadio, economia circular, cooperação territorial europeia, ...).

Num compromisso permanente com a Região, a CCDR Alentejo tem trabalhado no sentido de robustecer as instituições regionais, os agentes económicos e os diferentes territórios procurando contribuir para a valorização dos recursos endógenos melhorando, nomeadamente, as condições para a competitividade nos mercados nacional, ibérico, europeu e mundial.

A conceção e dinamização da Estratégia Regional de Especialização Inteligente e a programação e gestão dos instrumentos de financiamento da Política de Coesão, assumindo competências de Autoridade de Gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento na Região, têm posicionado a CCDR como um parceiro fundamental na promoção do desenvolvimento do Alentejo.

No horizonte dos próximos anos, as CCDR estão confrontadas com desafios particularmente enriquecedores em diversas matérias, com destaque maior para a programação de um novo ciclo da Política de Coesão, com novas orientações para um equilíbrio renovado entre a Inovação e Competitividade das organizações e dos territórios e a Coesão social. A consolidação de processos, em curso, de transferência de competências para os Municípios e Comunidades Intermunicipais são evoluções que deverão ter reflexos na capacitação destes parceiros e nos mecanismos de aplicação territorializada das políticas públicas setoriais.

Trata-se de domínios em que a CCDR se propõe dar continuidade a experiências anteriores e em curso: de estímulo ao debate e definição de atuações coletivas em áreas críticas para o desenvolvimento futuro da Região - Alterações Climáticas; Gestão da Água, Economia Circular, Ordenamento do Território, ...; de integração territorial no contexto regional, com implicação da Rede de Atores Regionais na programação do desenvolvimento das sub-regiões; de reforço dos critérios de impacto/interesse regional na afetação de recursos de apoio ao investimento cofinanciado pelos fundos estruturais; e de simplificação dos regimes de acesso e dos mecanismos de gestão e controlo dos apoios comunitários.

Estes domínios são apenas parte dos desafios permanentes com que a CCDR se tem debatido no exercício das suas múltiplas atribuições, sobretudo desde que acumula responsabilidades de gestão de instrumentos de financiamento. Mas são desafios que expressam também a necessidade de consolidar uma trajetória de construção de parcerias e de liderança que afirmem a cada passo a relevância do patamar regional no planeamento estratégico e programação do desenvolvimento e na gestão regional integrada dos instrumentos de financiamento das políticas públicas.

É claro que todas estas medidas de planeamento pensadas e executadas por todos os atores regionais, sejam eles públicos ou privados têm sido possíveis graças à profissionalização dos serviços que, munidos de técnicos de alta qualidade, são autênticos facilitadores de todo o processo de desenvolvimento, que vai continuar a ser capaz de responder em cada tempo, ao seu tempo.

Neste meu breve testemunho, enquanto atual Presidente desta Instituição, com uma história rica de 50 anos, é uma honra constatar a forte evolução que a região tem alcançado, convergindo com o país e com a Europa e assegurando a coesão interna.

É também um desafio neste meio século de existência, a nova fase de preparação da próxima década em que se procura reinventar a região de modo a torna-la mais competitiva e assegurando a excelente qualidade de vida que caracteriza o Alentejo.

A terminar, a referência ao mais importante. Um agradecimento a todos os trabalhadores e dirigentes que ao longo destes 50 anos foram determinantes para a prossecução da missão desta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a do Alentejo.

Évora, junho de 2019

Roberto Pereira Grilo

Análise Regional

Conjuntura Regional - 1º Trimestre de 2019

O mercado de trabalho regional, no 1º trimestre, continua a revelar uma evolução positiva, quer relativamente ao período homólogo de 2018, quer face ao trimestre anterior. A referenciar, como fator menos positivo, a evolução da população ativa face aos dois períodos em referência e da taxa de atividade relativamente ao trimestre anterior.

Após o comportamento menos favorável do último trimestre relativamente à taxa de desemprego e à população desempregada, este trimestre verifica-se uma evolução bastante positiva desses indicadores, atingindo a taxa de desemprego um valor de 6,3%, contrariando a tendência nacional que chegou aos 6,8%. A população da região, face ao trimestre homólogo, verifica um decréscimo de 5,7 milhares de pessoas em situação de desemprego. De salientar o facto da população desempregada inscrita nos serviços de emprego, estar muito perto dos valores registados para o indicador. Esta proximidade nem sempre se verifica, havendo um vasto número de pessoas desempregadas que não se inscrevem nestes serviços, o que é contrariado no trimestre em análise.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2019 - Mercado de trabalho

Indicador	1º Trimestre 2019	4º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Mil.)	344,7	348,1	347,7	-0,9	-1,0	INE
População empregada por conta de outrem (Mil.)	323,1	321,4	320,5	0,8	0,5	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€)	853	843	811	5,2	1,2	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	56,1	56,4	56,1	0,0	-0,5	INE
Taxa de desemprego (%)	6,3	7,7	7,8	-19,2	-18,2	INE
População desempregada (Milh.)	21,6	26,6	27,3	-20,9	-18,8	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	21,4	22,1	26,2	-18,3	-3,2	IEFP

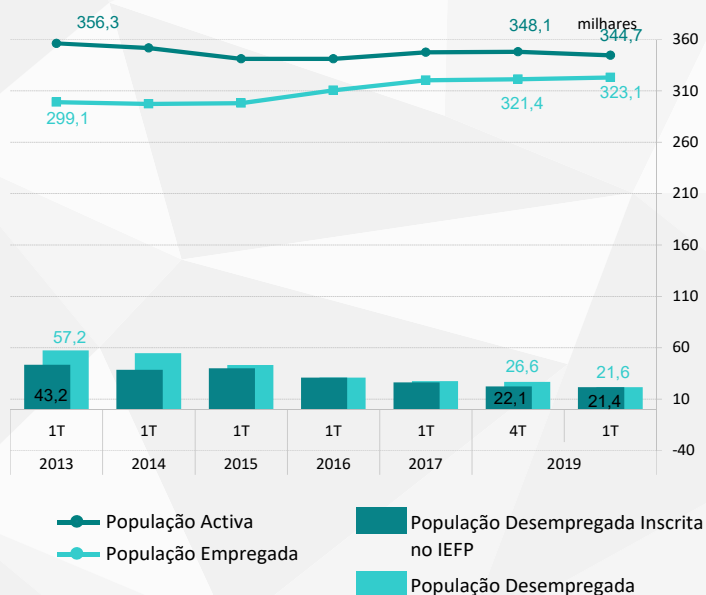
Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

A população empregada por conta de outrem, vem continuando a sua tendência ascendente, o que não sucede com a população ativa.

É de referenciar o aumento do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem que aumentou 42€ relativamente ao trimestre homólogo e 10€ face ao trimestre anterior.

Na sequência da tendência decrescente da população ativa na Região, situação já referenciada, procede-se a uma análise da tendência deste indicador e, de outros que lhe estão associados, numa perspetiva temporal mais alargada, entre 2013 e 2019.

População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2012 a 2019



Neste contexto, verifica-se que entre 2013 e 2019 (1º T), a população activa diminuiu em 11,6 milhares de pessoas, numa tendência continuamente decrescente. Já a população empregada, no mesmo período temporal, aumentou num valor de 24,0 milhares de pessoas, numa tendência continuamente crescente.

No que respeita à população desempregada, que passou de 57,2 milhares de pessoas em 2013, para 21,6 milhares, com uma redução em mais de metade, numa tendência decrescente, aproxima-se cada vez mais da população desempregada inscrita nos Centros de Emprego. Sobre esta matéria, é preciso ter em conta que a medida oficial do desemprego é determinada através do Inquérito ao Emprego, cuja realização e desenvolvimento tem um quadro legal de obrigatoriedade, bem como de referência a princípios de harmonização em termos de conceitos e métodos. Em consequência, esta informação divulgada pelo INE permite ter a estatística nacional oficial do desemprego, que é comparável a nível internacional e que segue as boas práticas associadas ao conceito. O desemprego registado divulgado pelo IEFP mede a expressão administrativa dos indivíduos que se inscrevem nos Centros de Emprego (CE), sendo posteriormente classificados como desempregados, após determinados procedimentos. Esta informação é útil na definição de políticas de promoção de eficiência e de equidade, pois é um veículo de medidas de emprego, como, por exemplo, o subsídio de desemprego ou planos ocupacionais de emprego.

A taxa de actividade, apesar de ter verificado um decréscimo pouco acentuado em 2015 e 2016, nos restantes períodos tem -se revelado com uma tendência praticamente contínua, sem variações assinaláveis, sendo que relativamente ao trimestre anterior revelou um ligeiro decréscimo de 0,3%.

A taxa de emprego tem vindo a revelar a continuada tendência ascendente, tendo chegado a 52,6% no trimestre em análise, em consonância com a continuidade do decréscimo da taxa de desemprego.

Assim, como síntese ao comportamento do mercado de trabalho, verifica-se que existe coerência regional entre os indicadores em análise, dado que estamos num período de crescimento económico e regra geral, em períodos longos, o crescimento económico conduz a um crescimento dos principais indicadores do mercado de trabalho. Os salários sobem, pois, com o crescimento, são colocados mais bens à disposição da população, assim como o nível de produtividade do trabalho também melhora. O emprego cresce porque as oportunidades de trabalho aumentam, seja pelo surgimento de novas atividades económicas, seja pelo aumento de novas necessidades de trabalhadores em atividades já instaladas.

Os indicadores de habitação e turismo também têm vindo a manifestar uma variação favorável, havendo a salientar o aumento continuado da avaliação bancária dos alojamentos que no 1º Trimestre atinge 1042€/m²

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2019 - Habitação e Turismo

Indicador	1º Trimestre 2019	4º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	70	90	56	25,0	-22,2	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m²)	1042	1003	973	7,1	3,9	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	119,1	99,3	118,4	0,6	*	INE
Turismo - proveitos totais (10³ €)	6216	5635	5945	4,6	*	INE

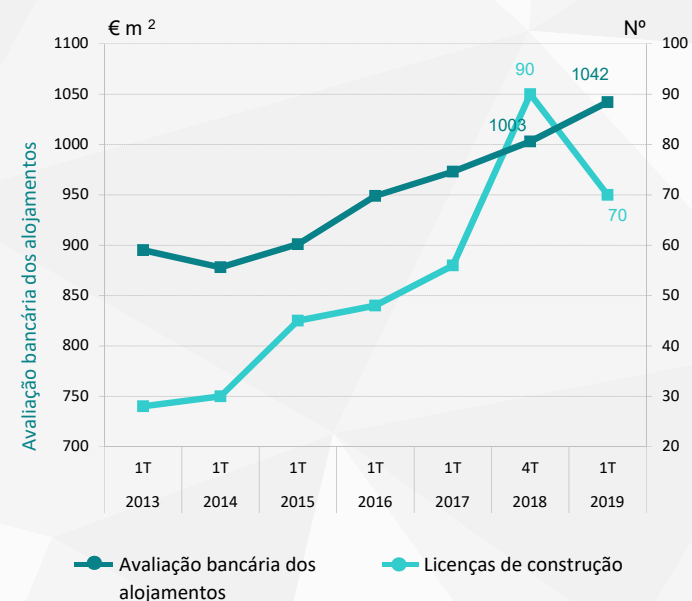
Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

Os indicadores regionais referentes à habitação revelam que a avaliação bancária dos alojamentos por m² continua a aumentar, tendo aumentado 69€/m² no espaço de um ano.

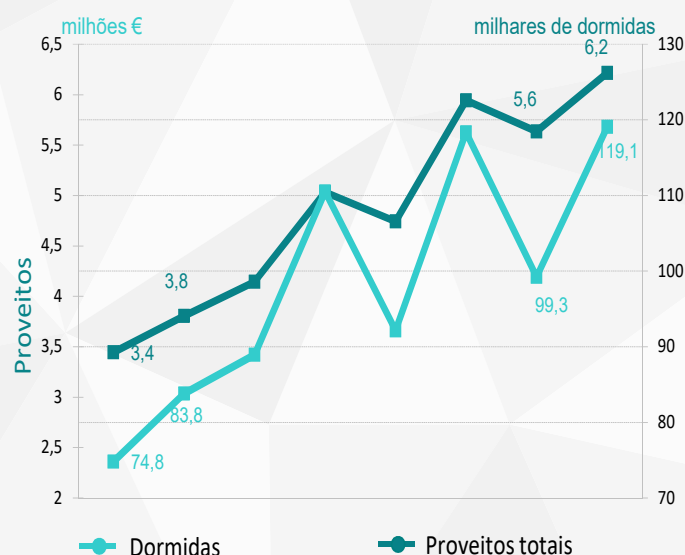
As licenças de construção em número de fogos, têm uma variação positiva de 25% relativamente ao período homólogo, mas negativa de cerca de 22% face ao trimestre anterior. No entanto, é de salientar que esta variação se refere a pequenos números, o que acaba por não ser relevante, pois as variações traduzem-se em menos 20 licenças relativamente ao 4º trimestre de 2018 e mais 14 licenças face ao período homólogo.

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Infoline

Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução de 2013 a 2019

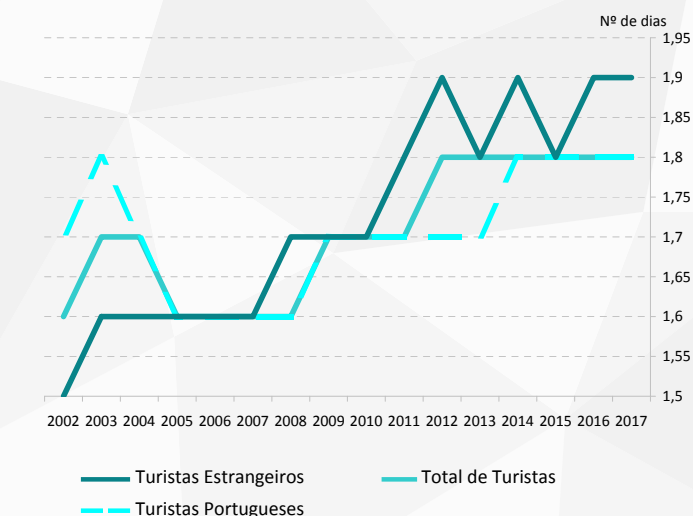


Fontes: INE - Infoline

Numa análise temporalmente mais alargada, confirma-se a continuada tendência ascendente da avaliação bancária dos alojamentos e da tendência ascendente das licenças de habitação, sendo que neste caso, a tendência tem algumas discontinuidades, nomeadamente face ao trimestre anterior.

O turismo revela também a tendência favorável com uma variação de 0,6% no número de dormidas e de 4,6% nos proveitos totais, face ao período homólogo.

Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2003 a 2017



Fontes: INE - Infoline

A tendência ascendente tanto no número de dormidas como nos proveitos totais, mesmo entre períodos homólogos, revela discontinuidades, mais acentuadas no número de dormidas do que nos proveitos.

A Estada Média permite relacionar o n.º de hóspedes com o n.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, independentemente das categorias dos estabelecimentos, dos respetivos preços médios e da capacidade de alojamento.

No Alentejo, em 2017 (dados mais recentes) ainda não se tinha conseguido chegar a uma média de 2 dias, sendo que são ainda os turistas estrangeiros que conseguem uma média ligeiramente superior (1,9 dias, face a 1,8 dos portugueses).

No que se refere aos indicadores referentes à avaliação bancária, é de salientar o decréscimo, traduzido pela variação negativa de 22,4% e 30,0%, dos empréstimos - rácio de crédito vencido - às famílias e às empresas respetivamente, face ao período homólogo de 2018.

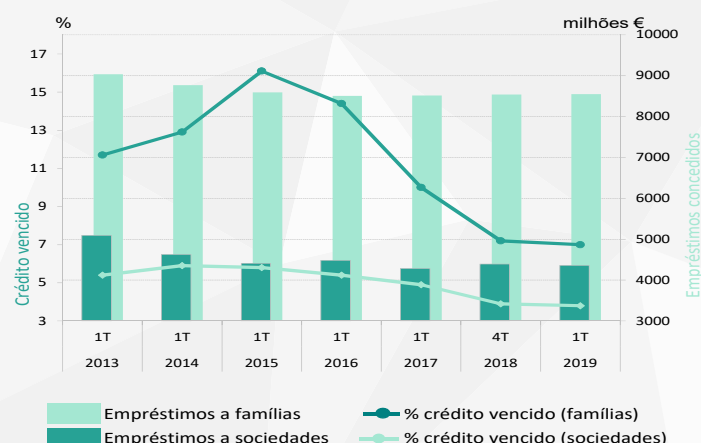
No entanto, os empréstimos concedidos, às famílias e às sociedades, tiveram, no mesmo período, um acréscimo que se traduziu numa variação positiva de 0,4% e de 1,8%, respetivamente. Porém, no caso dos empréstimos concedidos às sociedades, relativamente ao trimestre anterior, verificou-se uma variação negativa de 0,7%.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2019 - Avaliação Bancária

Indicador	1º Trimestre 2019	4º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Avaliação Bancária						
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	3,8	3,9	4,9	-22,4	-2,6	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶ €)	8546	8540	8512	0,4	0,1	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	311,8	310,7	311,2	0,2	0,4	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	7	7,2	10	-30,0	-2,8	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	4360	4392	4281	1,8	-0,7	BP

Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades Alentejo - Evolução de 2013 a 2019



Fontes: INE - Infoline

No caso dos empréstimos às Famílias, mas no caso de devedores, verificou-se uma variação desfavorável de +0,2% face ao período homólogo e de +0,4% face ao trimestre anterior.

Num período temporal mais alargado, verifica-se que a maior variação nos empréstimos às famílias, ocorreu entre 2013 e 2015, tendo havido, nesses anos, um decréscimo a referenciar. No entanto, a partir desta data, tem havido quase uma estabilidade, verificando-se variações pouco relevantes. Já os empréstimos às sociedades, com valores bem inferiores aos concedidos às famílias, têm verificado oscilações durante o mesmo período. Quanto ao crédito vencido, de valor superior nas empresas, face ao valor verificado nas famílias, tem vindo a revelar uma tendência decrescente, mais acentuada nas empresas.

A balança comercial da região continua a revelar em março de 2019 um resultado positivo, dado que o valor das exportações continua com uma tendência bastante favorável, apesar de também se ter verificado um aumento no valor das importações relativamente aos dois períodos em referência (4º T 2018 e 1º T 2018).

O valor das exportações revela uma tendência positiva, na medida em que os valores verificados traduzem uma variação positiva quer em relação ao período homólogo, quer em relação ao trimestre anterior. De salientar o acréscimo do valor das exportações de bens para o espaço extracomunitário que manifesta um acréscimo de 80,3% face ao período homólogo. De referenciar também o acréscimo no valor das exportações intracomunitárias.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2019 - Exportação / Importação

Indicador	1º Trimestre 2019	4º Trimestre 2018	1º Trimestre 2018	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	339,1	300,9	274,6	23,5	12,7	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	247,4	230,4	223,7	10,6	7,4	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	91,7	70,5	50,9	80,3	30,1	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	247,3	207,7	210,1	17,7	19,1	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	172,8	171,8	176,6	-2,1	0,6	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	74,5	35,9	33,5	122,3	107,6	INE

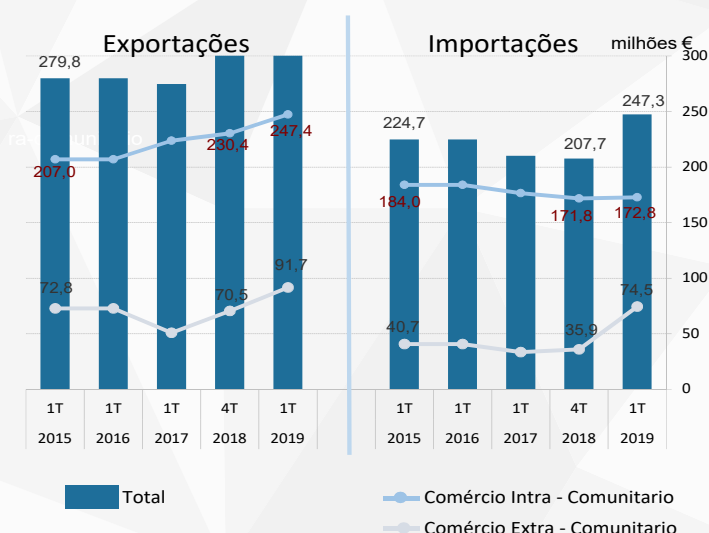
Fonte: INE - Infoline

No entanto, o valor das importações também aumentou, verificando-se uma variação de cerca de 17,7%, face ao período homólogo, dado que apesar do decréscimo de 2,1% no valor das importações intracomunitárias, o das extracomunitárias acresceu em 122,3%, face ao período homólogo.

O comércio da região com o exterior, está a crescer para fora da União Europeia.

O comportamento do valor das importações e do valor das exportações, não tem sido similar no período 2015 - 2019. A partir de 2017 o valor das exportações tem vindo a crescer. Enquanto o comércio intracomunitário tem

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra - Comunitário Alentejo - Evolução de 2015 a 2019



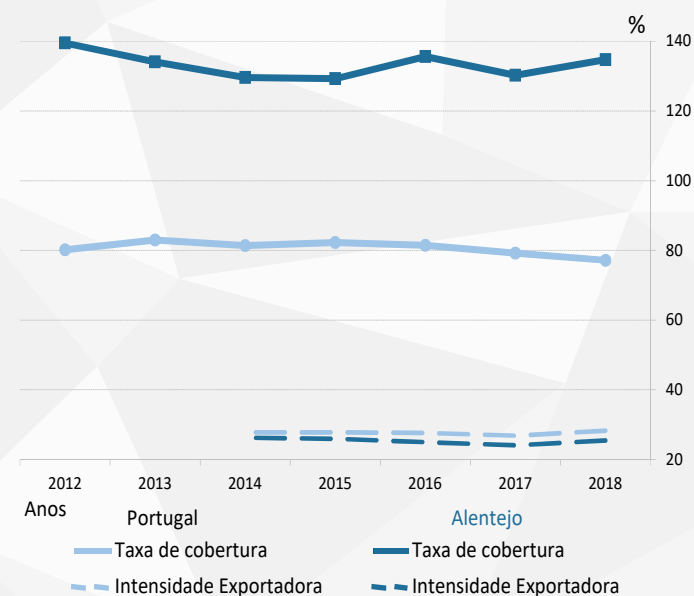
Fontes: INE - Infoline

sido continuamente crescente; o extracomunitário em 2017 verificou uma inflexão, encontrando-se de novo, numa fase expansionista.

O valor das importações vinha decrescendo até 2017, iniciando neste ano um caminho inverso, verificando-se um acréscimo relevante no valor das importações extracomunitárias. De qualquer modo, as trocas comerciais da região, são feitas, em grande parte no espaço europeu.

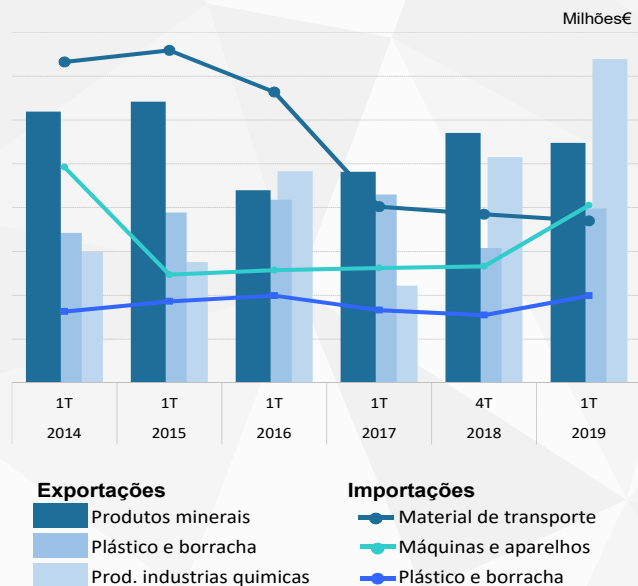
Neste contexto, a taxa de cobertura das importações pelas exportações na Região, é substancialmente superior à mesma taxa a nível nacional, sendo a taxa regional superior a 100%, o que significa que a Região tem uma boa competitividade comercial. No entanto, a intensidade exportadora nacional revela valores superiores à regional. Saliente-se que este indicador evidencia a orientação da produção para o mercado externo e a contribuição das exportações para o PIB.

Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora



Fontes: INE - Infoline

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2014 a 2019



Fontes: INE - Infoline

A estrutura das exportações e importações regionais, revela que em 2018 houve uma alteração na posição relativa dos produtos mais importados, deixando o material de transporte de assumir a posição cimeira, passando este lugar a ser ocupado pela importação de máquinas e aparelhos. Por outro lado, os produtos exportados da região, com valor mais elevado, deixaram de ser os produtos minerais para passarem a ser os Produtos Indústrias Químicas.

Se analisarmos a evolução das **importações** e exportações dos produtos com valor mais elevado entre 2014 e 2019 (1º T), concluímos que o valor das importações de máquinas e aparelhos cresceu, passando a ocupar o 1º lugar no valor dos produtos importados na Região. Porém, ainda não foi recuperado o valor ocupado em 2014; o valor das importações em plástico e borracha, ocupando o terceiro lugar no valor das importações regionais, não tem revelado grandes variações (apesar da ligeira tendência crescente neste 1ºT de 2019, face ao trimestre anterior). O segundo lugar do valor dos três produtos mais importados, é ocupado pelo material de transporte, que tem vindo a ocupar, há alguns anos, o primeiro lugar, apesar da continuada tendência descendente, o que o fez ser ultrapassado, neste trimestre, pelo valor das importações de máquinas e aparelhos.

Quanto aos três produtos com valor mais elevado nas **exportações**, continuam a ser os produtos de indústrias químicas (que neste trimestre passaram a ocupar o primeiro lugar), os produtos minerais (que antes ocupavam o 1º lugar e este trimestre passam a ocupar o 2º lugar) e o plástico e borracha (que continua em 3º lugar). O valor deste produto, tem uma evolução descontinuada no tempo, apesar de manter a posição relativa. O valor dos produtos minerais exportados tem também tido algumas inflexões, não se tendo ainda conseguido recuperar a posição alcançada em 2015. Já o valor das exportações em produtos indústrias químicas, neste trimestre de 2019, verificou um acréscimo relevante, passando a ser o produto exportado com valor mais elevado. ■

Artigo da responsabilidade de Teresa Godinho, chefe de divisão e Amável Candeias, técnico superior - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.

Para uma Administração Local de Excelência

Animais de Companhia – Mudança de Paradigma no Seu Controlo e Gestão

A Lei nº 27/2016 de 23 de agosto aprova um conjunto inovador de medidas de política, que se consubstanciam, em colaboração com as autarquias locais, na criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais (CRO) e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da respetiva população.

Estas medidas de política plasmam uma mudança efetiva de paradigma no controlo de algumas populações animais que, ou convivem com a população humana ou se intercetam com esta mesma população.

Este novo paradigma consubstancia-se no compromisso de dois grandes princípios que são, o bem-estar e saúde animal e a defesa da saúde pública das populações humanas.

A Portaria nº 146/2017 de 26 de abril vem desenvolver as medidas preconizadas pela Lei nº 27/2016, regulamentando a criação de uma rede efetiva de centros de recolha oficial de animais de companhia, fixando as normas que regem o destino dos animais acolhidos nestes centros e estabelecendo as normas para o controlo de animais errantes.

A presente Portaria preconiza, entre outras disposições, a identificação, adaptação e construção de centros de recolha de animais, bem como procedimentos para captura, esterilização e adoção de animais errantes.

A citada Portaria nº 146/2017, bem como a Lei do Orçamento de Estado para 2017, estabelece que o Governo procede ao levantamento dos CRO existentes, das suas condições e necessidades existentes para o desenvolvimento dessa rede.

A Direção Geral das Autarquias Locais, com a colaboração das autarquias Locais e em cooperação com a Direção Geral da Alimentação e Veterinária lançou, tratou e divulgou um inquérito nacional junto dos municípios.

Do universo de 308 municípios, apenas responderam 191 (62 %), retirando-se a seguinte informação:

- 134 municípios indicam ter ou pertencer a um CRO:
 - 95 de natureza municipal;
 - 39 de natureza intermunicipal;
- 29 municípios não têm ou não pertencem a um CRO mas celebraram protocolo com outra entidade;
- 28 municípios que não têm, nem pertencem a nenhum CRO nem celebraram protocolo com outra entidade.

Como curiosidade, do cruzamento do inquérito com a informação detida pela DGAV, dos 282 municípios que se detém informação sobre o apoio de médico veterinário é a seguinte a situação:

- 207 municípios indicaram dispor/ter apoio de médico veterinário municipal, dos quais 51 têm também outro médico veterinário;
- 42 municípios têm exclusivamente outro médico veterinário que não municipal;
- 33 municípios não têm médico veterinário municipal e poderão não ter outro médico veterinário.

O artigo 5º da Portaria estabelece que, os membros do Governo responsáveis pelas pastas da veterinária e das autarquias locais adotam, em despacho conjunto, um programa de financiamento para a instalação ou requalificação dos CRO.

Esta vontade política do Governo em financiar a criação de uma rede pública de CROs esteve e está consubstanciada em dispositivos autónomos dos Orçamentos de Estado referentes a 2018 e 2019, com dotação financeira anual expressa. No que se refere ao OE de 2018, pela Lei nº 114/2017 de 29 de dezembro, o montante financeiro encontra-se no seu artigo 227º, enquanto no OE de 2019, Lei nº 71/2018 de 31 de dezembro, encontra-se prevista dotação no seu artigo 108º.

Entretanto, foi publicado o Despacho nº 3321/2018 de 4 de abril, dos Secretários de Estado do Orçamento, das Autarquias Locais e da Agricultura e Alimentação, materializando a vontade política expressa no dito artigo 5º da Portaria nº 146/2017.

Este Despacho vem instituir o Programa de concessão de incentivos financeiros para a construção e a modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO), essencialmente cães e gatos, no sentido da sua recolha, tratamento, esterilização, estadia e implementação de programas de adoção ao exterior.

Do citado Despacho nº 3321/2018 podemos respigar, como mais esclarecedores e interessantes, os seguintes itens:

- São suscetíveis de apoio financeiro os projetos que tenham um dos seguintes objetivos:
 - a) A construção de um novo CRO, o qual deve incluir uma instalação para a realização de esterilizações;
 - b) A modernização de CRO existente, incluindo a requalificação, ampliação e criação de instalação para realização de esterilizações.
- Podem apresentar candidaturas e ser beneficiários dos apoios as seguintes entidades:
 - a) Municípios;
 - b) Agrupamentos de municípios, mediante uma candidatura conjunta;
 - c) Associações de municípios de fins específicos;
 - d) Entidades intermunicipais.
- São condições gerais de elegibilidade dos projetos, o cumprimento ou a criação das condições necessárias para o cumprimento:
 - a) Das regras respeitantes ao bem-estar animal e ao alojamento dos animais, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua versão atual;
 - b) Dos requisitos relativos às instalações para esterilização dos animais previstos na Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril;
 - c) Dos requisitos técnicos mencionados nas alíneas a), b), e) e f) do ponto 1 dos Valores de referência e limites.”;
- São elegíveis as despesas realizadas com as obras previstas no n.º 2 do artigo 1.º.
- Os apoios financeiros revestem natureza não reembolsável e podem ascender até 60 % do valor das despesas elegíveis dos projetos, com os seguintes limites máximos:
 - a) € 50.000 para a construção de um CRO municipal, cuja candidatura é apresentada pelo município;
 - b) € 100.000 para a construção de um CRO intermunicipal, cuja candidatura é apresentada por um agrupamento de municípios ou por uma associação de municípios de fins específicos ou uma entidade intermunicipal;
 - c) € 15.000 para a modernização de um CRO municipal existente, cuja candidatura é apresentada por um município;
 - d) € 30.000 para a modernização de um CRO intermunicipal existente, cuja candidatura é apresentada por um agrupamento de municípios ou por uma associação de municípios de fins específicos ou uma entidade intermunicipal.
- A avaliação das candidaturas atende aos seguintes fatores e subfatores:
 - a) Construção de um CRO numa área correspondente a NUTS III onde não exista este equipamento;
 - b) Construção de um CRO num município onde não exista este equipamento e desde que também não exista nos municípios contíguos integrantes da mesma NUTS III;
 - c) Construção de um CRO num município onde não exista este equipamento, embora exista num município contíguo integrante da mesma NUTS III;

- d) Aumento da capacidade de alojamento de um CRO intermunicipal existente e criação no mesmo de instalação para realização de esterilizações;
 - e) Aumento da capacidade de alojamento de um CRO intermunicipal existente;
 - f) Aumento da capacidade de alojamento de um CRO municipal existente e criação no mesmo de instalação para realização de esterilizações;
 - g) Aumento da capacidade de alojamento de um CRO municipal existente;
 - h) Criação de instalação para realização de esterilizações num CRO existente;
 - i) Requalificação de um CRO existente.
- As candidaturas são apresentadas pelos beneficiários junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) respetiva.
 - Para efeitos da verificação do cumprimento das condições de elegibilidade das candidaturas, a CCDR, após a apresentação das candidaturas, solicita à DGAV a emissão de parecer.
A CCDR, após a receção do parecer da DGAV, remete à DGAL, as candidaturas, com a verificação da elegibilidade, a pontuação obtida, o montante de despesa elegível e as comparticipações a atribuir a cada um.
 - O contrato programa é outorgado pelo beneficiário, DGAL e a respetiva CCDR.
A execução do projeto deve estar concluída no prazo de 1 ano após a assinatura do contrato -programa.
Os pedidos de pagamento são dirigidos pelo beneficiário à CCDR.

Valores de referência e limites

1 - Na construção de novos CRO, e como valores de referência para o estabelecimento dos apoios financeiros, são utilizados os seguintes valores:

- a) Um CRO municipal deve possuir a capacidade mínima de alojamento para 15 cães/gatos e uma cela de isolamento, uma boxe para outros animais, bem como uma sala que permita realizar a esterilização e/ou tratamentos.
- b) Um CRO intermunicipal deve ter uma capacidade mínima de 3 vezes do valor previsto para o CRO municipal.
- c) A capacidade máxima que é elegível para apoio financeiro será em 3 níveis e até aos seguintes valores:
 - i) Municípios, agrupamento de municípios, associações de municípios de fins específicos ou entidades intermunicipais com até 20.000 eleitores – 30 lugares de cães/gatos;
 - ii) Municípios, agrupamento de municípios, associações de municípios de fins específicos ou entidades intermunicipais com mais de 20.000 até 70.000 eleitores – 50 lugares;
 - iii) Municípios, agrupamento de municípios, associações de municípios de fins específicos ou entidades intermunicipais com mais de 70.000 eleitores – 80 lugares.
- d) O apoio financeiro observa os seguintes valores máximos:
 - i) Por cada cela para cães (com área média de 1,7 m²/cão) – 1.105 €;
 - ii) Por cada cela para gatos (área mínima de 0,5 m²/gato) – 325 €;
 - iii) Por cada compartimento para outras espécies (3 m²) – 1.300 €;
 - iv) Cela de isolamento e/ou quarentena – 1.625 €.
 - v) Sala tratamentos/esterilização – 5.000 €.

e) Para além das instalações anteriores, um CRO deve assegurar ainda a existência de um espaço para armazenagem de alimentos/rações, de equipamentos de captura de animais, de equipamentos de limpeza das instalações e, eventualmente, gabinete de receção e administração do CRO, bem como instalações sanitárias se não

existirem no CRO em que se inserem estes equipamentos.

f) As celas devem assegurar as áreas mínimas previstas na alínea g) do Anexo III do Decreto -Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 260/2012.

2 - Na modernização de CROs existentes, e como valores de referência para o estabelecimento dos apoios financeiros máximo, são considerados 40 % dos valores previstos no número anterior.

Devido à exiguidade de tempo decorrido entre a data de publicação do Despacho (4 de abril) e o limite de entrega das candidaturas estabelecido no nº 1 do seu artigo 8º (30 de abril), foi publicado o despacho nº 4417/2018 de 7 de maio, prorrogando o prazo de entrega dessas candidaturas para o dia 15 de maio de 2018.

O Despacho nº 4750/2018 de 15 de maio veio densificar o artigo 2º (Beneficiários) com acesso ao Programa, acrescentando a alínea e) com a entidade tipificada como "Empresas locais, nos casos em que o seu capital social seja totalmente detido por um ou mais municípios, por uma associação de municípios, independentemente da respetiva tipologia, ou por uma área metropolitana", devido ao facto de existir, no universo nacional, entidades de nível intermunicipal com essa natureza.

O acompanhamento deste Programa, por parte da CCDRALentejo, consubstanciou-se na realização das seguintes tarefas:

- Como ferramentas de divulgação e informação, esta CCDR colocou no seu sítio institucional, para divulgação ao exterior:
 - Divulgação do Programa;
 - Legislação e regulamentação técnica relativo a esta matéria;
 - Formulários de candidatura;
 - Perguntas e respostas padronizadas;
 - Regulamento interno de operacionalização deste Programa;
 - Formulários de apresentação da despesa;
- Apoio e esclarecimentos aos promotores para a apresentação correta das candidaturas;
- Preparação da documentação e respetiva remessa à DGAV para esta emitir parecer;
- No caso de parecer negativo, a CCDR diligencia, junto dos promotores, a correção de peças técnicas ou junção de peças complementares, para repor a conformidade e poder colher novo parecer da DGAV;
- Emissão de parecer técnico final e remessa de toda a documentação e informação requerida para a DGAL.

As candidaturas rececionadas e analisadas, pela CCDR Alentejo, em 2018, constam do quadro seguinte:

Candidaturas				
Objetivo/ Nº 2 artig 1º	Promotor	Projecto	Investimento (€)	OBS
Construção	Município de Fronteira	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Fronteira	38 995,07	
Construção	Município de Cuba	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Cuba	143 045,09	
Modernização	Município de Vendas Novas	Ampliação do Canil/Gatil Municipal de Vendas Novas	57 428,30	
Modernização	Resialentejo - E I M	Aumento da Capacidade de Alojamento e Criação de Nova Zona de Quarentena no Canil/Gatil Intermunicipal da Resialentejo	222 304,43	
Modernização	Município de Montemor-o-Novo	Modernização do CRO de Montemor-o-Novo	25 000,00	
Construção	CIM Alentejo Central	Centro Intermunicipal de Recolha Oficial (CIRO) - Distrito de Évora	344 500,00	
Construção	CIM Alentejo Litoral	Centro de Recolha Oficial Intermunicipal do Alentejo Litoral	1 590 000,00	
Modernização	Município de Portalegre	Modernização/Ampliação do Centro de Recolha Animal, do Canil/Gatil Municipal de Portalegre	58 812,52	
Construção	Município de Marvão	CRO do Município de Marvão - Execução de Canil Municipal	114 502,83	
Modernização	Município de Mértola	Criação de CRO Municipal - Obra de canil municipal - Criação de sala de Estrelização / Tratamentos - Canil municipal	10 251,69	a)
Construção	Município de Monforte	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Monforte	105 060,59	
Modernização	Município de Portel	Modernização e Ampliação do Centro de Recolha Oficial do Município de Portel	18 409,00	
Construção	Município de Alandroal	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Alandroal	85 075,60	
Construção	Município de Reguengos de Monsaraz	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Reguengos de Monsaraz	38 367,23	
Construção	Município de Vila Viçosa	Construção de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Vila Viçosa	68 250,00	
Construção	Município de Sines	Construção de um novo Centro de Recolha de Cães e Gatos de Sines	175 798,99	
Construção	Município de Sousel	Centro de Recolha Obrigatório de Sousel	91 838,18	
Modernização	Município de Odemira	Modernização do CRO - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Odemira	30 241,15	
Modernização	Município de Redondo	Centro de Recolha Oficial de Redondo	46 126,85	a)
Construção	Município de Avis	Centro de Recolha Animal de Avis	59 516,41	
Modernização	Município de Elvas	Centro de Recolha Oficial de Animais de Elvas	35 000,00	
Construção	Município de Campo Maior	Construção de Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Campo Maior	105 778,37	
Construção	Município do Crato	Construção de um Centro de Recolha Animal	80 000,00	
			3 544 302,30	
A) O Promotor desistiu da candidatura após emissão de parecer negativo por parte da DGAV				

Através do Despacho nº 1247-C/2018 de 21 de Dezembro de 2018 foram seleccionadas e aprovadas, com contratos de financiamento assinados a 26 de dezembro, as seguintes candidaturas, referenciadas como construção de novo CRO:

Aprovação			
Promotor	Projecto	Investimento Elegível (€)	Comparticipação Financeira (€)
Município de Fronteira	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia do Município de Fronteira	42 689,60	25 613,76
CIM Alentejo Central	Centro Intermunicipal de Recolha Oficial (CIRO) - Distrito de Évora	343 161,17	100 000,00
CIM Alentejo Litoral	Centro de Recolha Oficial Intermunicipal do alentejo Litoral	1 590 003,30	100 000,00
Município de Alandroal	Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Alandroal	89 801,73	50 000,00
Município de Sousel	Centro de Recolha Obrigatório de Sousel	91 228,68	50 000,00
		2 156 884,48	325 613,76

A dignidade, o bem-estar e saúde animal e, muito em especial, a saúde pública das populações, tendo em consideração, os perigos muito sérios advindos das doenças perigosas transmissíveis para o Homem, doenças essas que grassam ou podem grassar, quer originárias no território nacional ou advindas de outros territórios, exigem respostas firmes, dos agentes públicos e privados.

As administrações públicas têm uma responsabilidade acrescida na salvaguarda da saúde pública, responsabilidade inerente às suas competências legais na matéria, a diversos níveis.

A resposta pública de controlo das populações animais, errantes ou não, compaginam e revêem-se na implementação e reforço de uma rede de equipamentos sanitários titulados como CRO, ampliando a capacidade de resposta desses equipamentos, perante o imenso universo da população animal a controlar, conformando-se com a decisão expressa na Lei nº 27/2016 e na respetiva Portaria nº 146/2017.

Esta rede não se poderá ficar apenas no controlo sanitário dessas populações, mas também no incrementar de campanhas de esterilização e, muito em especial, em programas de adoção de cães e gatos pela sociedade.

Esta rede de CRO implica meios financeiros de vulto para se capacitar e ampliar, exigindo, por si, um reforço significativo do Programa de Financiamento, de que o Despacho/Aviso nº 3321/2018 é precursor.

Artigo da responsabilidade de Carlos Branco, chefe de divisão - Direção de Serviços Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL), CCDR Alentejo.

Tendências regionais na educação, na investigação e na ciência

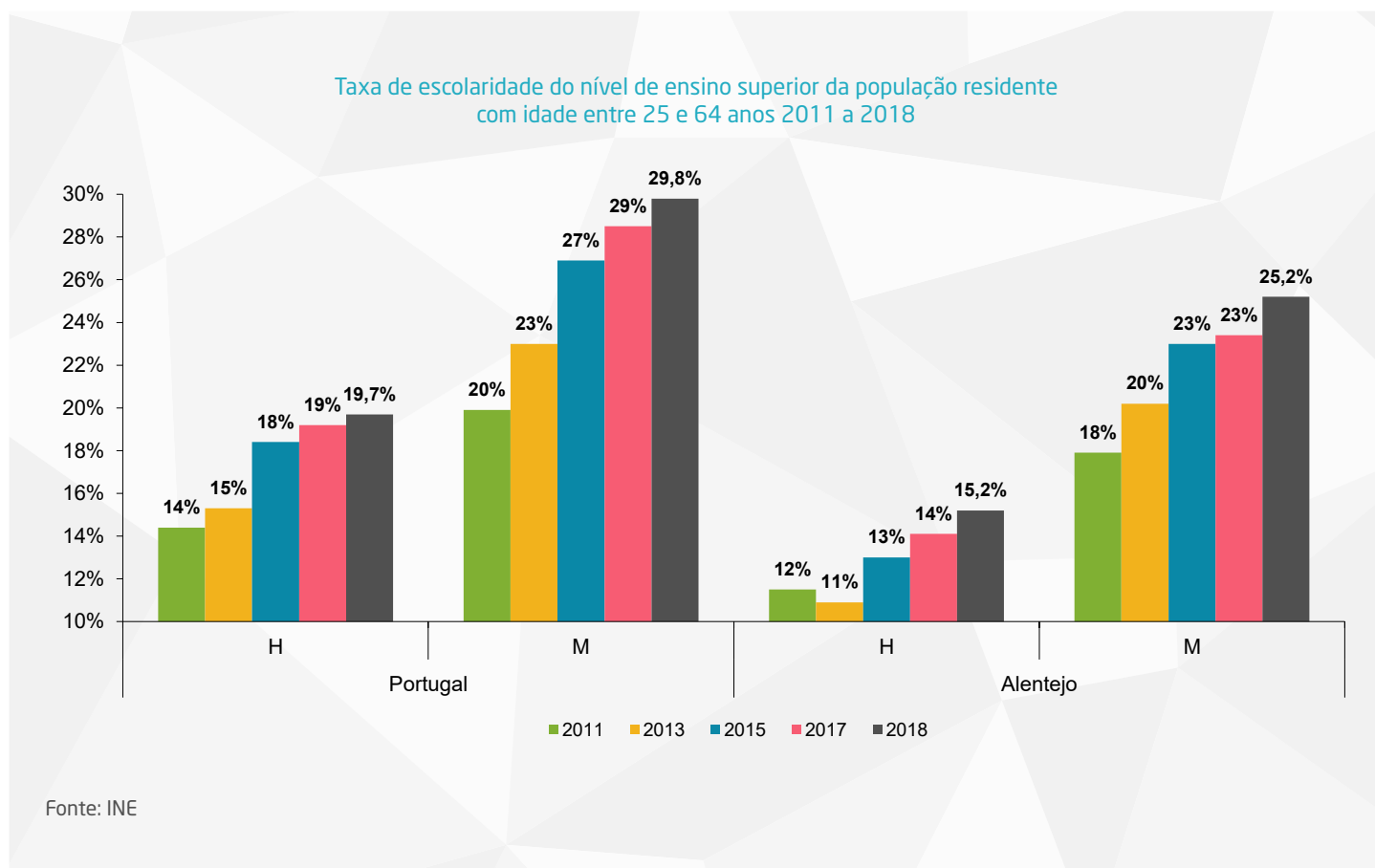
O capital humano é um fator crítico para a sustentação da capacidade de inovação e imitação de uma economia e consequentemente do crescimento sustentado.

No âmbito da literatura do crescimento económico, é defensável que no longo prazo, o comportamento do produto, pelo menos nas economias mais desenvolvidas, seja determinado principalmente pela evolução da produtividade¹. Por sua vez, a evolução desta, depende muito dos esforços de investigação (inovação) realizados e da disponibilidade de capital humano². Isto quer dizer que o progresso tecnológico/evolução da produtividade pode resultar da atividade intencional de um sector de investigação e desenvolvimento (I&D), que utiliza o conhecimento existente e o capital humano como inputs. Por isso, o capital humano desempenha um papel fundamental como fator de produção de novas ideias e facilitador da absorção de outras já desenvolvidas, podendo constituir um estímulo (ou um entrave, na sua ausência) às atividades de I&D e, consequentemente, ao crescimento económico. Neste contexto, o capital humano é entendido como as competências e conhecimentos que um indivíduo adquire ao longo da sua vida, quer esses conhecimentos advenham da experiência, da formação profissional, e, principalmente, da educação formal. Assim, é expectável que maiores níveis de instrução proporcionem maiores níveis de produtividade, pois reduzem custos e tempo de execução e aumentam a qualidade do produto. Além disso, maiores níveis de instrução permitem novas criações, melhoramentos tecnológicos e facilidade de absorção dos mesmos, permitindo difusão tecnológica. Isto leva a que o capital humano seja um fator crítico para a sustentação da capacidade de inovação e imitação de uma economia e logo do crescimento sustentado. É este capital humano que permite incorporar/transferir conhecimento e tecnologia/inovação na economia e promover desenvolvimento. É neste contexto que decidimos abordar as tendências de algumas variáveis referentes à educação formal, à Investigação e Desenvolvimento na região, por referência com a média nacional, para se tentar perceber a preparação da região, neste domínio, para enfrentar novos desafios que perspetivem uma evolução positiva no seu desenvolvimento.

¹ Hall e Jones 1999; Jones 2002

² Canton, Minne, Nieuwenhuis, Smide Van der Steeg, 2005

A evolução da taxa de escolaridade do nível de ensino superior, da população residente com idade entre 25 e 64 anos, por sexo, comparando Portugal e o Alentejo, registou, entre 2011 e 2018 um crescimento continuado dos valores desta taxa, tanto a nível nacional como regional.



Quer a nível nacional, quer da Região, a evolução positiva é mais relevante nas mulheres. Apesar da tendência regional ser similar à tendência nacional, a taxa no Alentejo continua inferior à taxa nacional.

Sendo a análise desta taxa num grupo etário correspondente praticamente ao grupo da população ativa, parece-nos interessante também analisar a evolução do mesmo indicador num grupo etário mais jovem.

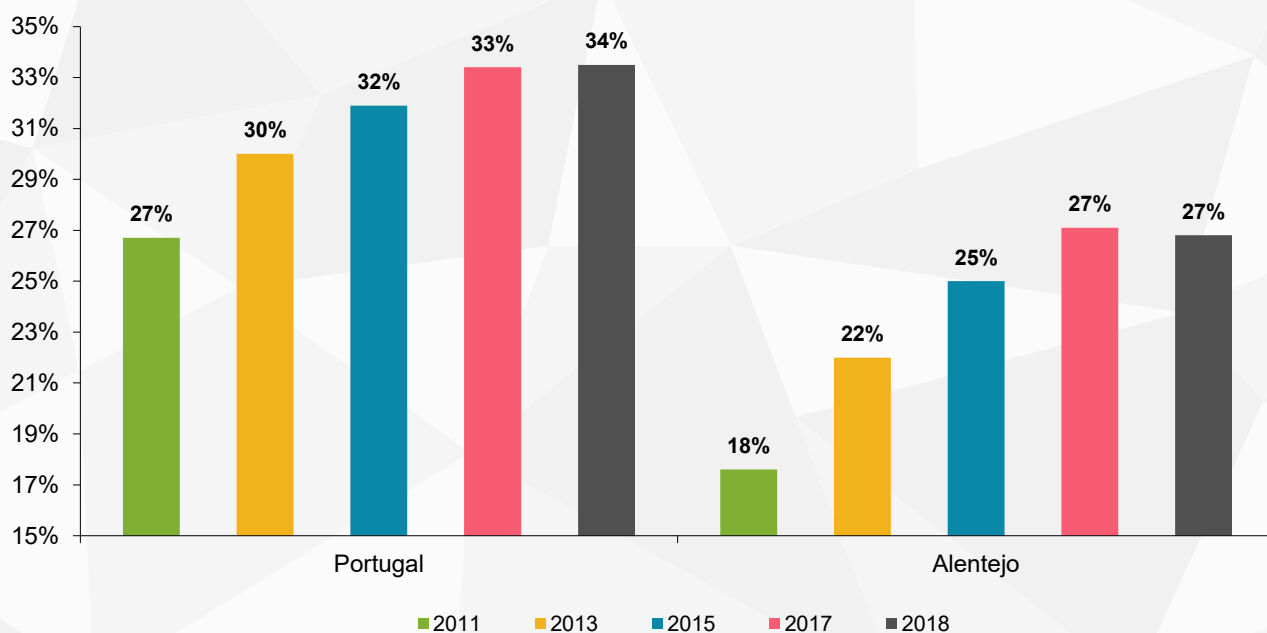
A taxa de escolaridade do nível de ensino superior, da população residente com idade entre 30 e 34 anos, comparando Portugal e o Alentejo revela que nesta faixa etária mais jovem há uma tendência evolutiva, também positiva, como a tendência do grupo etário de 25 a 64 anos.

Isto significa que o Alentejo acompanha a tendência nacional de aumento da taxa de escolaridade com ensino superior, na população com a faixa etária dos 30 aos 34 anos.

Pode ainda afirmar-se que a taxa de escolaridade com ensino superior, no grupo etário dos 30 aos 34 anos é mais elevada que no grupo etário 25-64 anos, o que leva a afirmar que os mais jovens atingem níveis de escolaridade mais elevados.

É preciso considerar que em Portugal, em 2020, 40% da População desta faixa etária, deverá ter ensino superior. A situação atual, revela uma tendência de possibilidade de aproximação da meta. No entanto, o Alentejo tem um contributo negativo para esta meta, dada a situação inferior à média nacional. Porém, é de realçar que entre 2011 e 2018 houve um incremento de cerca 10 pontos percentuais da taxa de escolaridade de ensino superior no Alentejo.

Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos 2011 a 2018



Fonte: INE

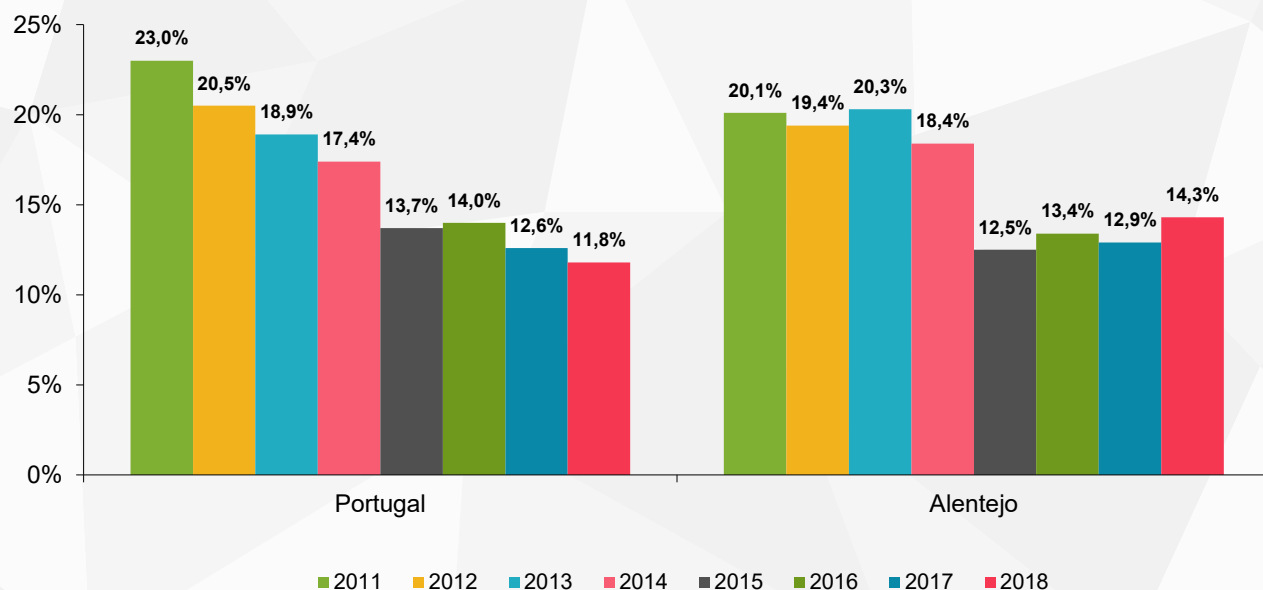
Em ambos os grupos etários (25-64 anos e 30-34anos), a população residente no Alentejo teve ganhos nos seus níveis de escolaridade no ensino superior.

Pode dizer-se que a Região teve ganhos competitivos com a criação de uma mão-de-obra mais qualificada, o que poderá ajudar à localização de novas iniciativas empresariais e criação de um novo mercado de consumidores mais sofisticados. Isto significa que se pode entender o investimento em educação com um duplo papel - no lado da oferta e no lado da procura, o que leva a afirmar que o investimento em educação contribui para o desenvolvimento da região.

A taxa de abandono precoce é um indicador importante, onde Portugal assumiu o compromisso de em 2020 acompanhar a média europeia e chegar a um valor desta taxa inferior a 10%.

Pode dizer-se, genericamente, que este indicador tem tido uma tendência decrescente, tendo a nível nacional, passado de 23% em 2011 para 11,8% em 2018, considerando-se uma evolução bastante favorável à aproximação da meta definida para 2020.

Taxa de abandono precoce de educação e formação
Portugal e Alentejo
2011 a 2018



Fonte: INE

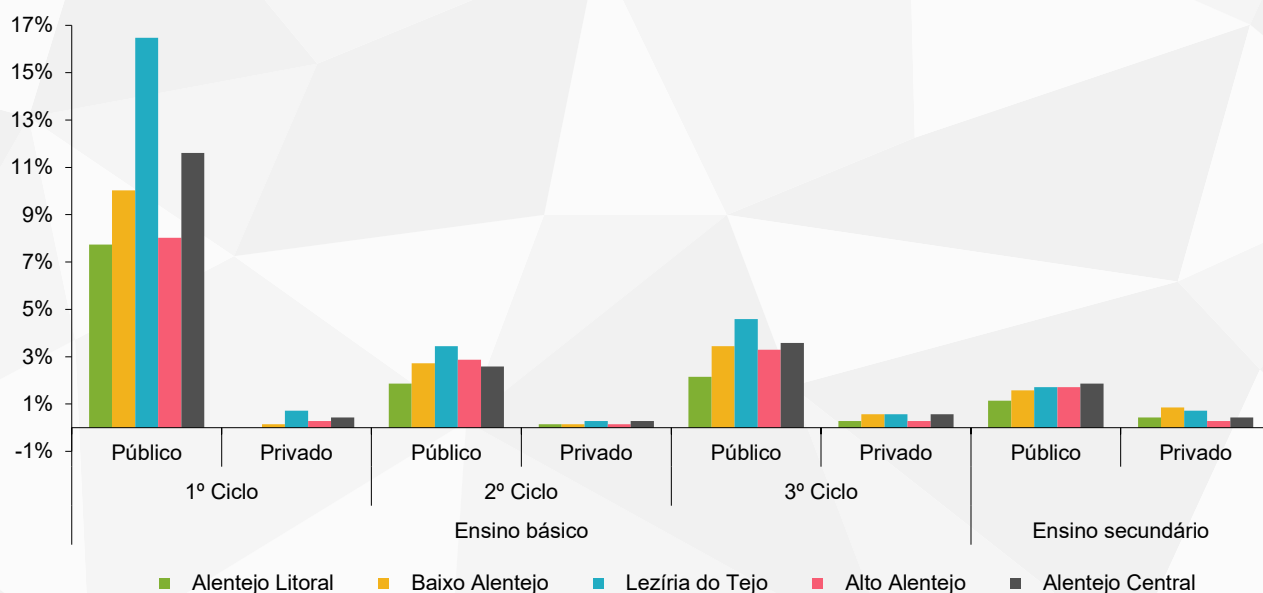
No entanto, a nível regional, apesar do Alentejo ter passado de 20,1% em 2011 (valor inferior ao nacional) para 14,3% em 2018, este valor é superior ao valor nacional em mais de dois pontos percentuais, tendo ainda a desvantagem de em 2018 ter atingido o valor mais elevado desde 2015

A evolução negativa do número de alunos, associada ao decréscimo da população, tem levado ao encerramento de algumas escolas e à reorganização da gestão escolar.

Quando se analisa o número de estabelecimentos de educação e ensino nas várias NUTS III do Alentejo, segundo a natureza institucional conclui-se que em todos os níveis de ensino e em todas as NUTS III, predomina o ensino público

Segundo dados de 2015/2016, na Região Alentejo existe um total de 698 estabelecimentos de Ensino, dos quais 53 são privados, o que corresponde a cerca de 7,6%.

Estabelecimentos de educação/ensino por NUT III segundo o nível de ensino e a natureza institucional, 2015/2016 (%)



Fonte: INE

É no ensino secundário que existe a maior proporção de estabelecimentos privados.

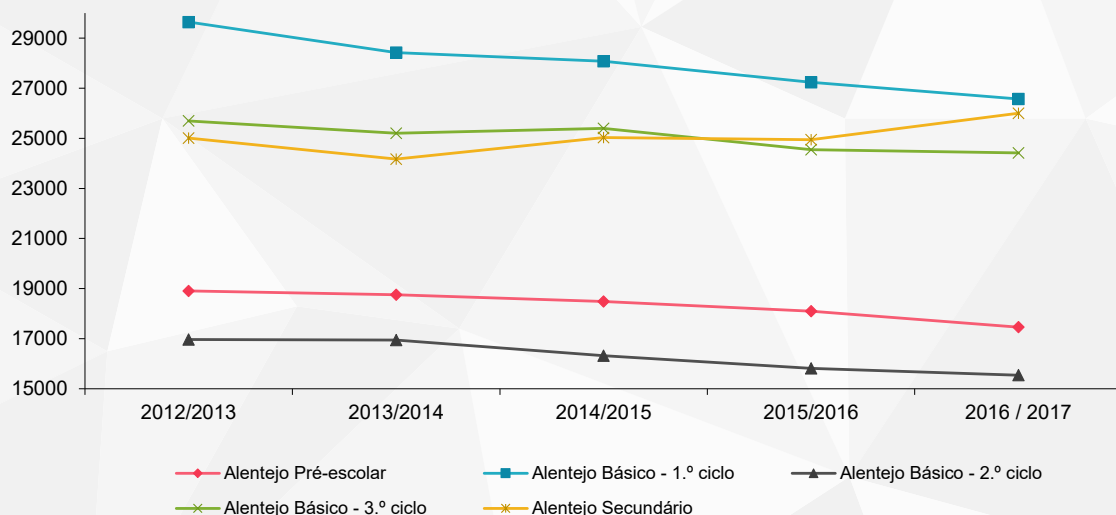
As sub-regiões com maior proporção de estabelecimentos de ensino privado são a Lezíria do Tejo e o Baixo Alentejo.

Há um maior número de estabelecimentos do 1º ciclo, devido à maior proximidade deste nível de ensino com as populações, sendo os estabelecimentos com outros níveis de ensino de maiores dimensões e mais dispersos no território.

O número de alunos matriculados no ensino não superior, seguindo a tendência da população, tem vindo a diminuir, podendo haver evoluções diferentes nos diversos níveis de ensino.

Assim, o decréscimo mais acentuado do número de alunos verifica-se no 1º ciclo do ensino básico. No 2.º e 3º ciclos do ensino básico também se verifica um decréscimo generalizado embora não tão acentuado como o 1.º ciclo.

Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior
Alentejo 2012 a 2017



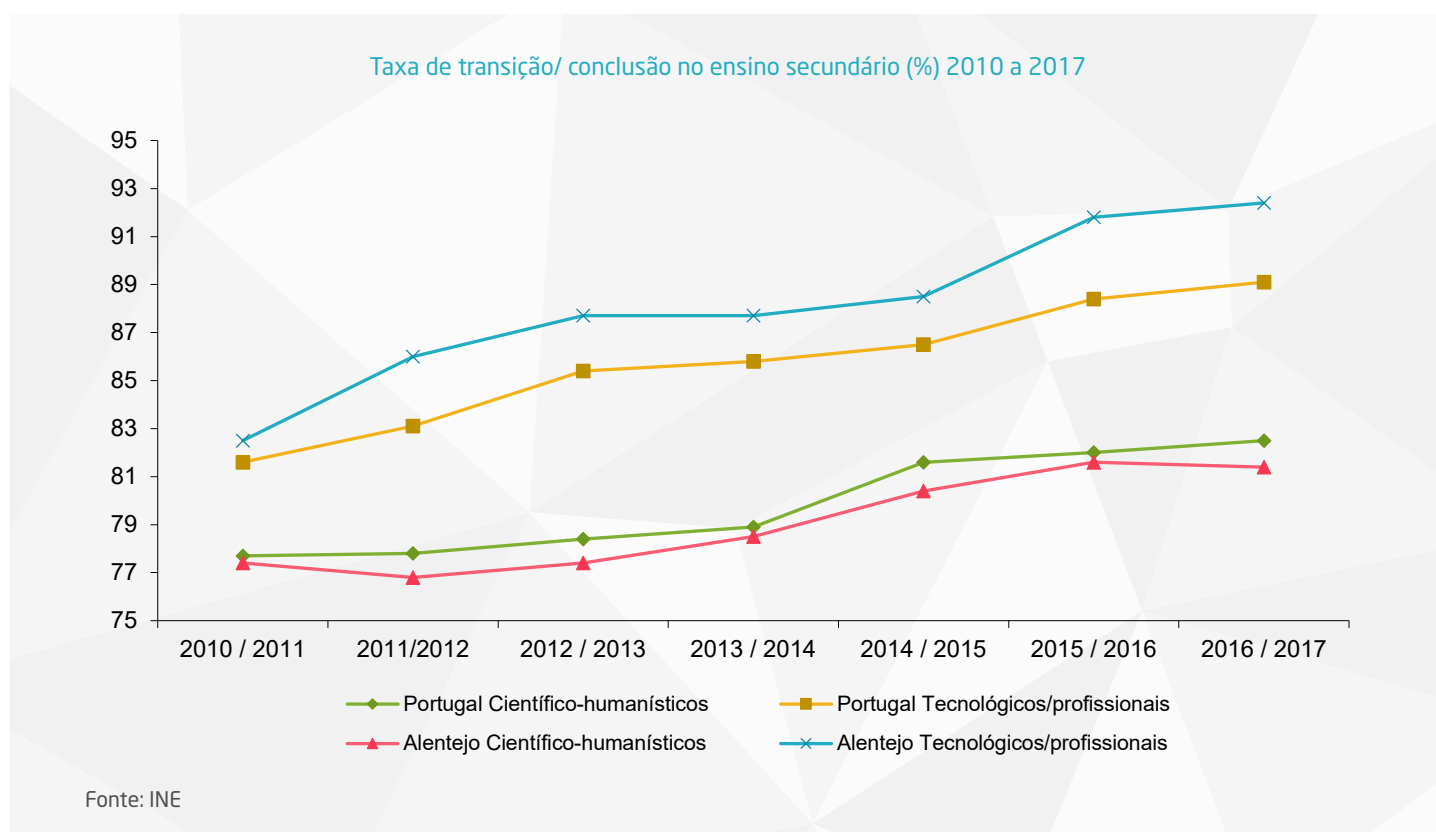
Fonte: INE

No Ensino secundário regista-se um acréscimo do número de alunos, devido ao aumento dos anos de permanência dos alunos na escola.

O acréscimo de permanência refere-se ao facto dos alunos que tendencialmente abandonavam a escola no final do 9º ano, passarem a frequentar o ensino secundário, dado terem que obrigatoriamente frequentar o sistema de ensino até aos 18 anos.

A Evolução da taxa de transição/conclusão no ensino secundário, por tipo de curso revela que o número de alunos diplomados nas várias modalidades do ensino secundário para jovens tem evoluído favoravelmente.

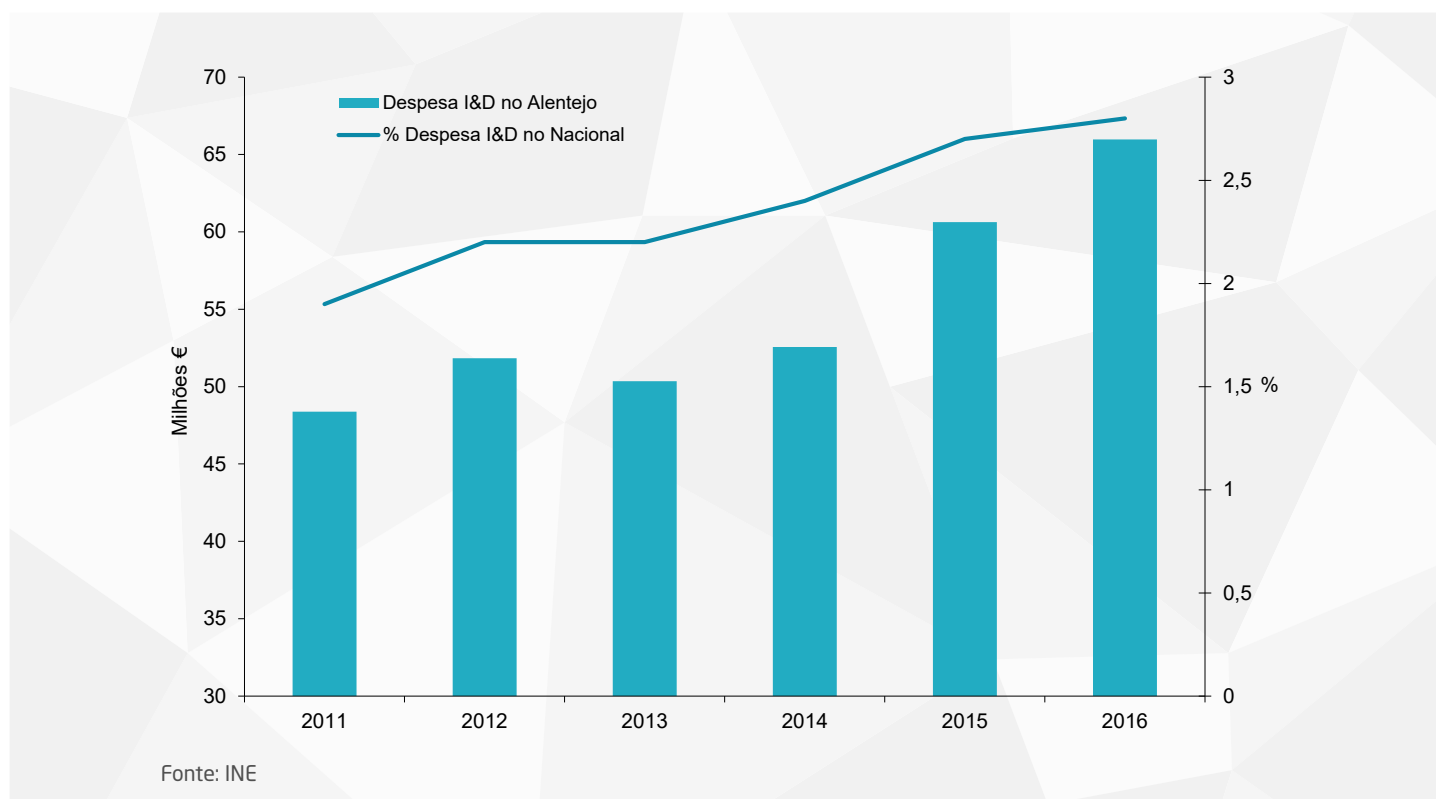
Enquanto nos cursos científico-humanísticos o Alentejo se encontra numa situação desvantajosa face ao comportamento desta taxa a nível nacional, nos cursos tecnológicos/profissionais, o Alentejo revela um posicionamento favorável, face à média nacional.



A taxa de transição nos cursos tecnológicos/profissionais revela uma posição superior face aos cursos científico-humanísticos. O aumento da frequência de cursos profissionais, contribuiu para o aumento do número de alunos que conclui o ensino secundário.

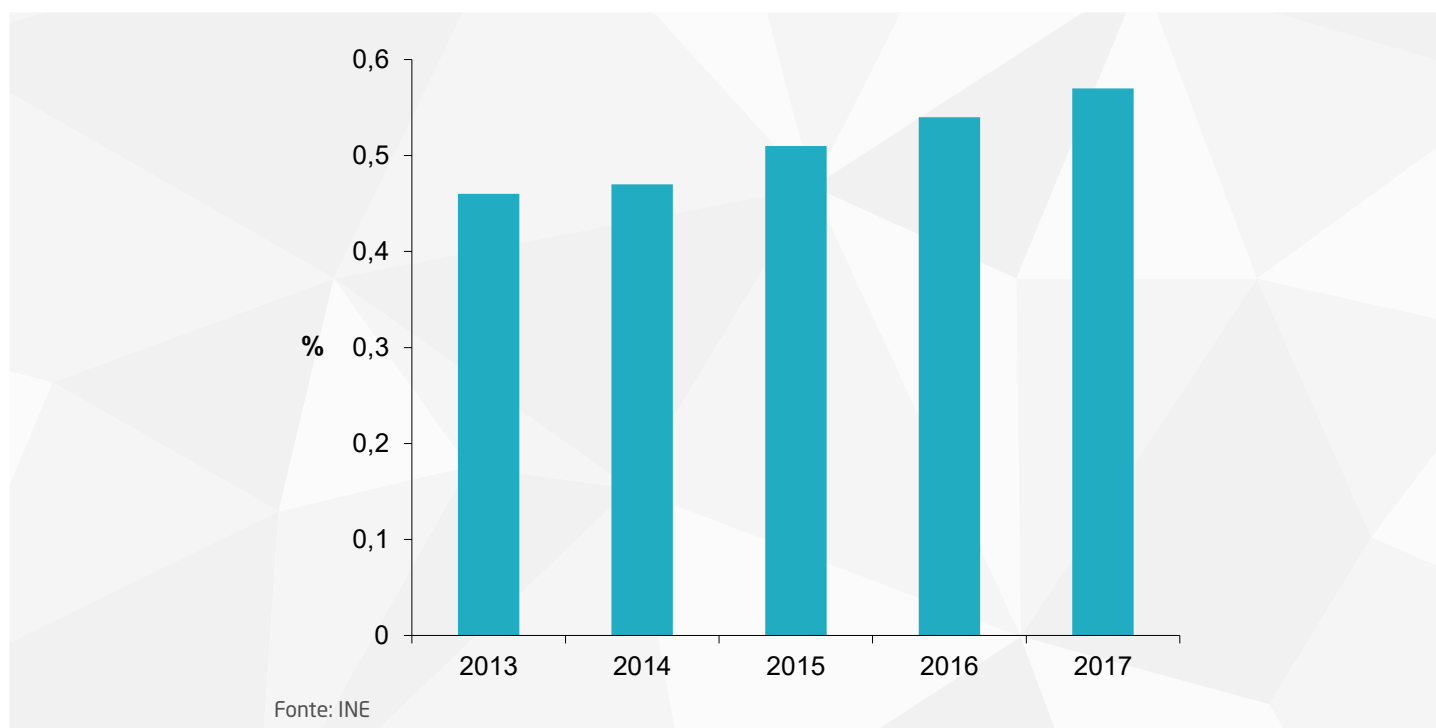
O crescimento do número de alunos que termina o ensino secundário que se tem vindo a verificar, em Portugal e na Região, leva a que haja uma tendência continuada para aproximação da meta da União Europeia definida para 2020 em que 85% dos jovens deve concluir o ensino secundário.

O total da despesa em Investigação & desenvolvimento tem vindo a aumentar, quer a nível nacional, quer a nível da região Alentejo, apesar de uma ligeira inflexão em 2013.



As despesas em Investigação e Desenvolvimento, apesar de terem níveis percentuais regionais inferiores aos verificados a nível nacional, a tendência revelada é ascendente, o que é positivo para a Região.

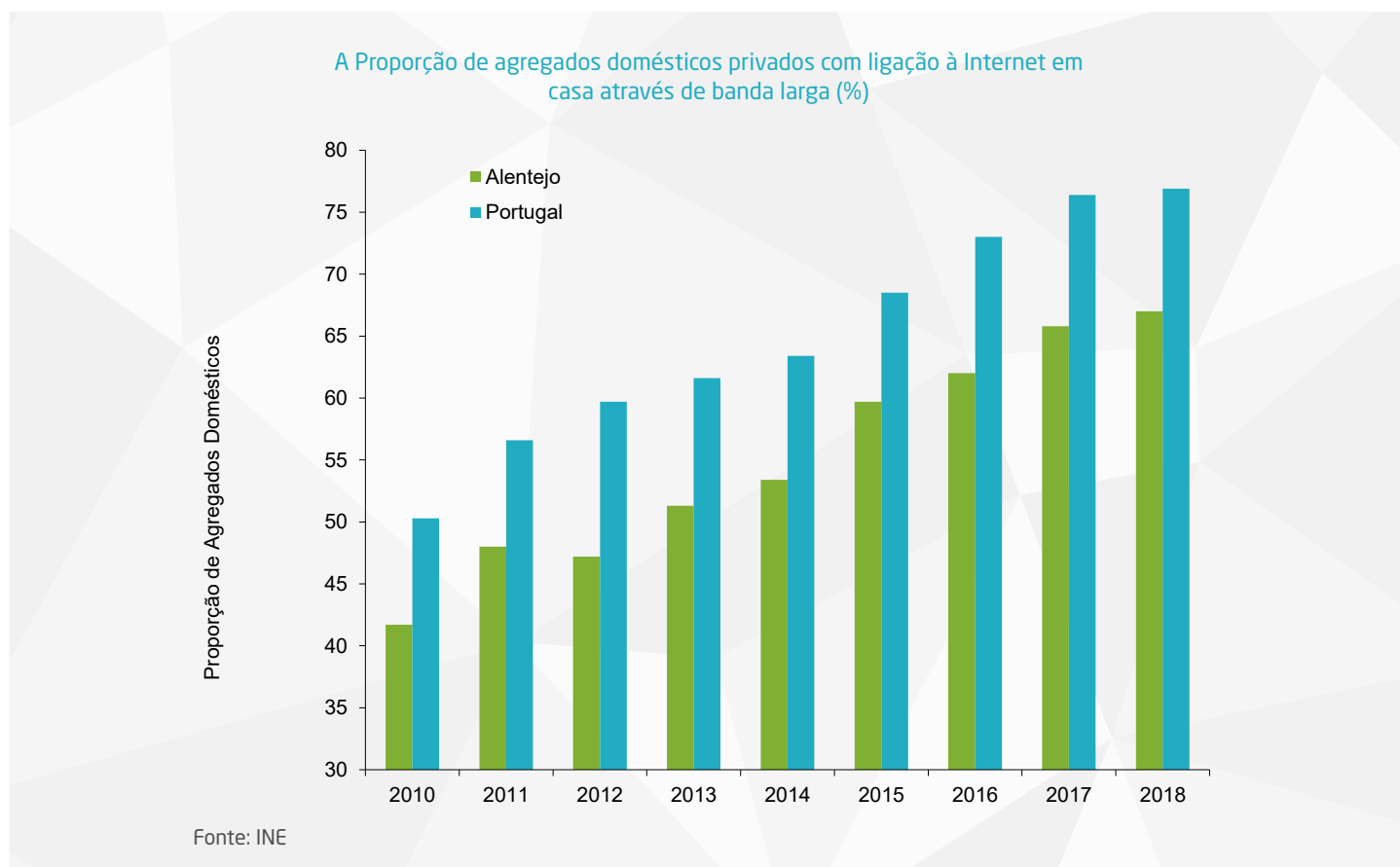
Sobre a percentagem de I&D no PIB, a meta da UE para 2020 é de 2,7% do PIB em investimento em investigação e desenvolvimento. Portugal chegou a 2017 com 1,3% do PIB em despesas de I&D. A Região contribui para essa meta com 0,57% do PIB regional.



O peso das despesas de I&D no PIB regional também tem vindo a aumentar, estando ainda abaixo de 0,6% do PIB da Região.

Referem-se a seguir alguns indicadores referentes à **disponibilização das tecnologias da informação e da Comunicação (TIC)** por conduzirem a uma alteração profunda das atividades económicas e sociais, com repercussões na qualidade de vida dos cidadãos e na competitividade das empresas, o que é de relevante importância para a Região

A Proporção de agregados domésticos privados com ligação à Internet em casa através de banda larga, tem vindo continuamente a verificar uma tendência claramente crescente, tanto a nível nacional como no Alentejo.

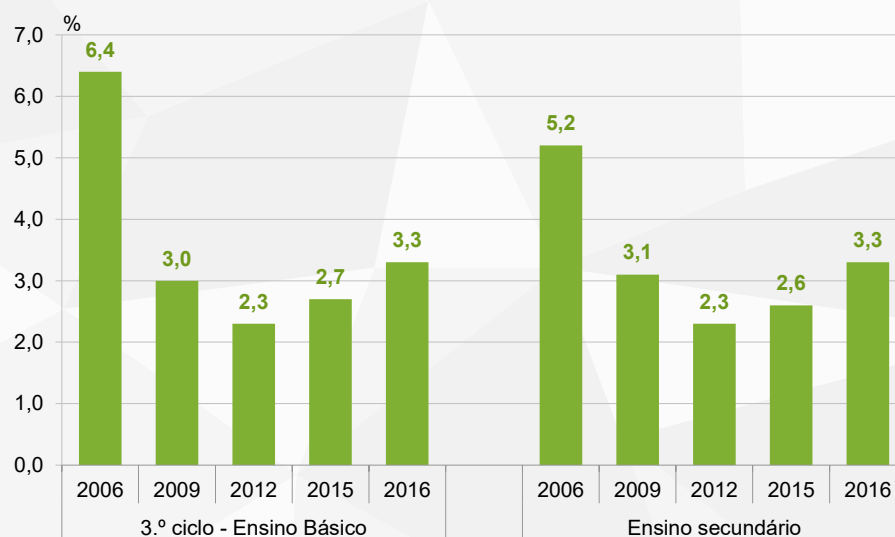


O número de agregados familiares com acesso à Internet por banda larga, em percentagem do total de agregados, tem vindo a aumentar no período 2010-2018 e, em 2011, o valor do indicador atingiu, a nível nacional, a meta da ENDS 2015 definida para o ano de 2010. Embora na Região se tenham vindo a registar progressos importantes quanto à proporção de agregados familiares com acesso à Internet por banda larga, a média nacional tem vindo a ultrapassar os valores verificados no Alentejo, isto é, a proporção dos agregados domésticos ligados à internet, com banda larga, a nível nacional é bastante superior à proporção dos agregados domésticos, nas mesmas condições, no Alentejo.

Um dos indicadores que pretende medir o uso de TIC no sistema educativo não superior é o rácio do número médio de alunos por computador com ligação à internet no ensino básico e secundário, tendo em 2016 sido atingido o rácio regional de cerca de 3 alunos por computador.

O número médio de alunos por computador não tem revelado uma tendência continuada, estando a situação muito equiparada em termos do ensino básico e do ensino secundário.

Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador - Alentejo



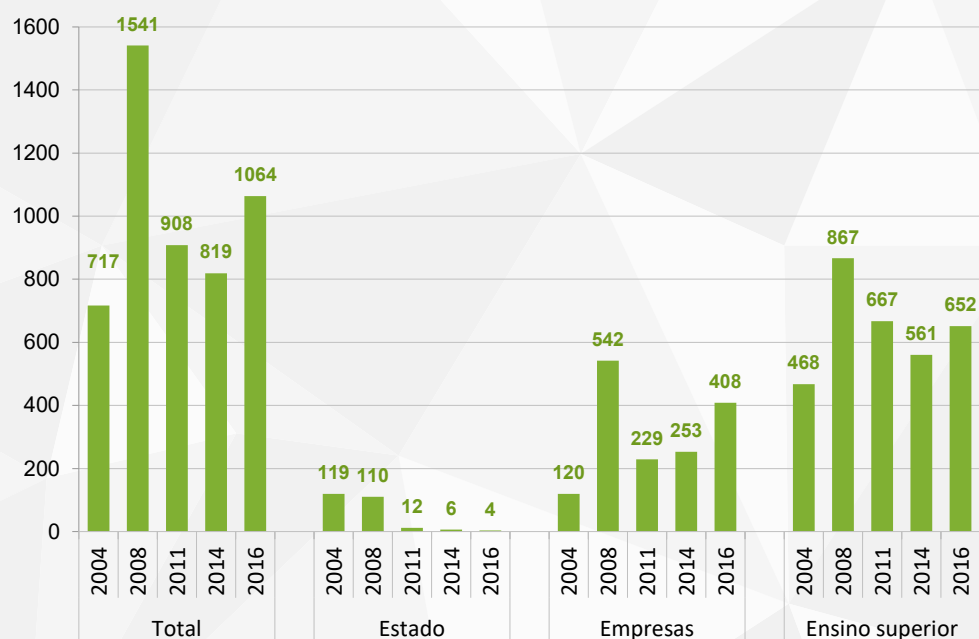
Fonte: DGEEC/MEd - MCTES

A descontinuidade verificada leva a concluir que o ano de 2012 foi o ano que revelou a situação mais vantajosa, neste indicador, com uma média de 2 alunos por computador e a mais desvantajosa, em 2006.

Quanto ao número de investigadores, equivalente a tempo integral (ETI), em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), na Região, verifica-se uma tendência decrescente, de 2008 a 2014, com tendência crescente em 2016, havendo uma predominância de investigadores nas instituições de Ensino superior.

Nestas, a tendência tem sido descontínua, enquanto nas empresas, tem havido uma tendência crescente deste indicador, desde 2011, o que parece vir de encontro à política existente de transferência de conhecimento para a economia.

Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) (N.º) nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento - Alentejo

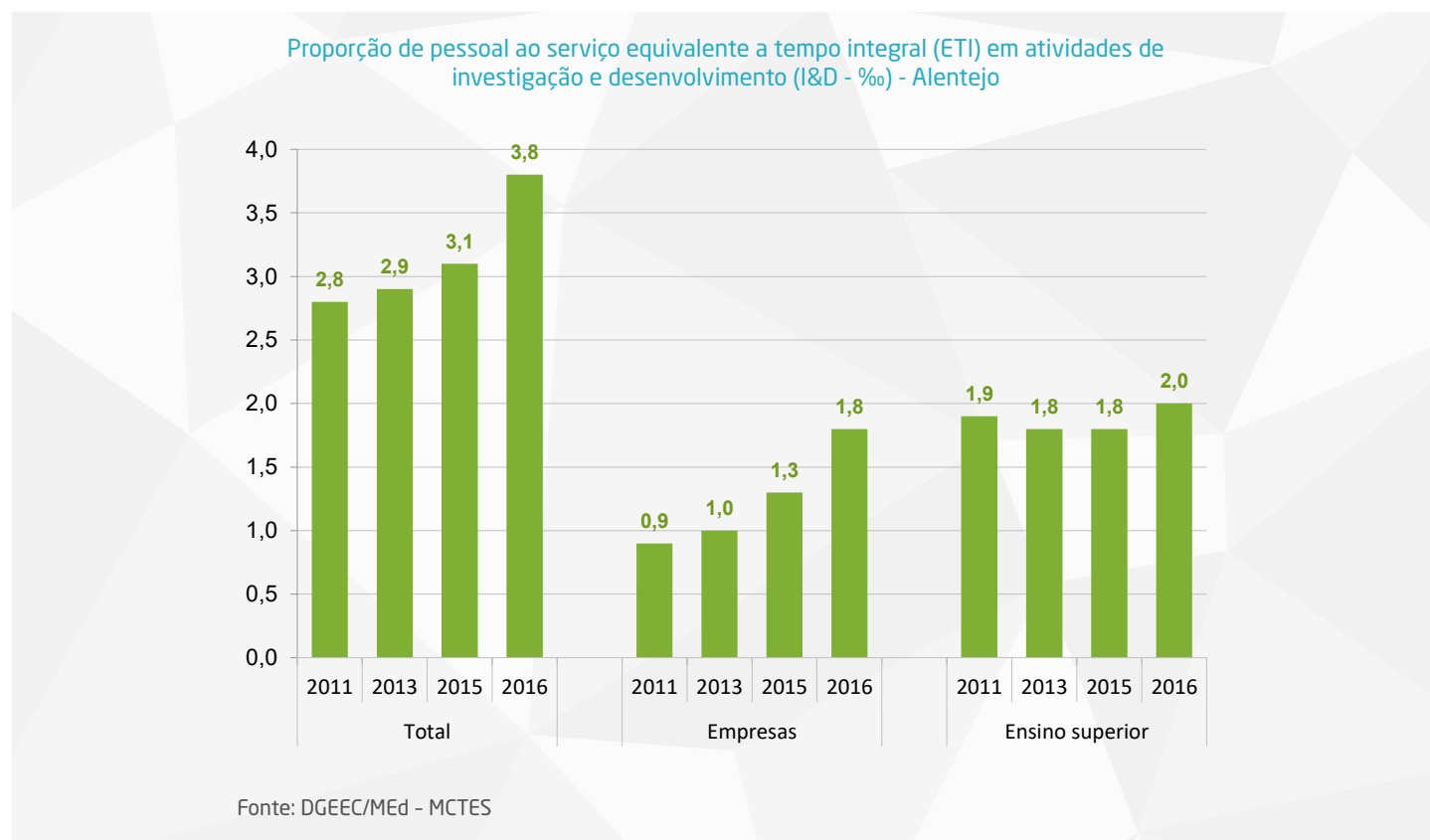


Fonte: DGEEC/MEd - MCTES

Por outro lado, as instituições do Estado têm cada vez mais vindo a abandonar esta área.

A proporção de pessoal total e investigadores em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) equivalente a tempo integral por 1000 ativos, revela que este rácio tem vindo a aumentar.

No ensino superior verifica-se uma ligeira inflexão em 2013 e 2015, enquanto nas empresas, o rácio duplicou entre 2011 e 2016, o que manifestamente foi uma evolução bastante positiva.



Esta evolução nas empresas da região pode manifestar a preocupação dos empresários na transferência e integração de conhecimento na economia.

Este indicador, confirma o que se afirmou anteriormente quanto à tendência crescente de investigadores nas empresas.

Artigo da responsabilidade de **Teresa Godinho**, Chefe de Divisão, **Amável Candeias**, **Carla Lázaro** e **Maria João Alface**, Técnicos Superiores da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional.

O Alentejo no contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região

Situação a 31 de março de 2019

O Portugal 2020 reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP, que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais das intervenções dos fundos europeus no Alentejo, com maior incidência para o Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais temáticos COMPETE 2020, POSEUR, POCH, POISE, PDR 2020. Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela AD&C no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial, sendo a última referente a 31 de Março de 2019 e a informação disponibilizada nos sites do PDR 2020 e MAR 2020.

Síntese Trimestral

Em termos de evolução pode constatar-se que durante o último trimestre houve crescimento, quer ao nível das operações aprovadas, quer ao nível do investimento elegível aprovado, quer ao nível dos fundos europeus comprometidos.

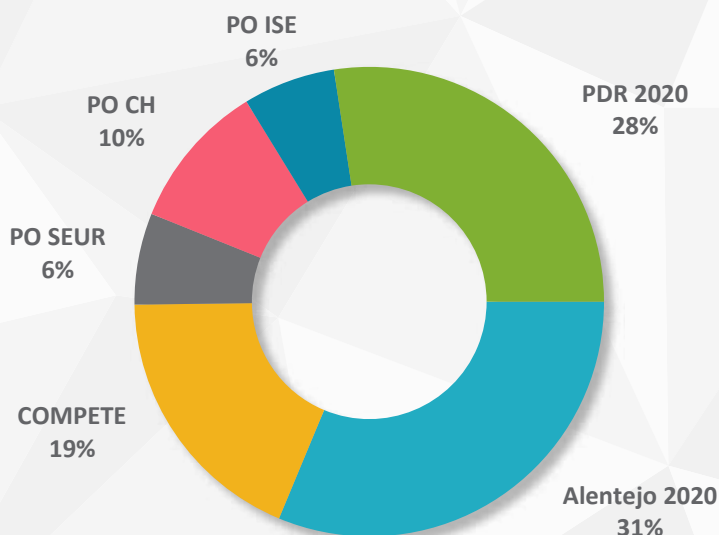
Quadro 1 - Evolução Global dos Fundos Europeus

	Acréscimo Relativo	
	(Março 2019)	(Março 2018)
Nº Operações	7,1%	37,9%
Investimento Elegível	4,0%	28,6%
Fundo Europeu	3,7%	29,6%

O mesmo se passou ao longo do último ano (mar. 2019 - mar. 2018), durante o qual se registaram acréscimos significativos ao nível de cada uma das variáveis analisadas.

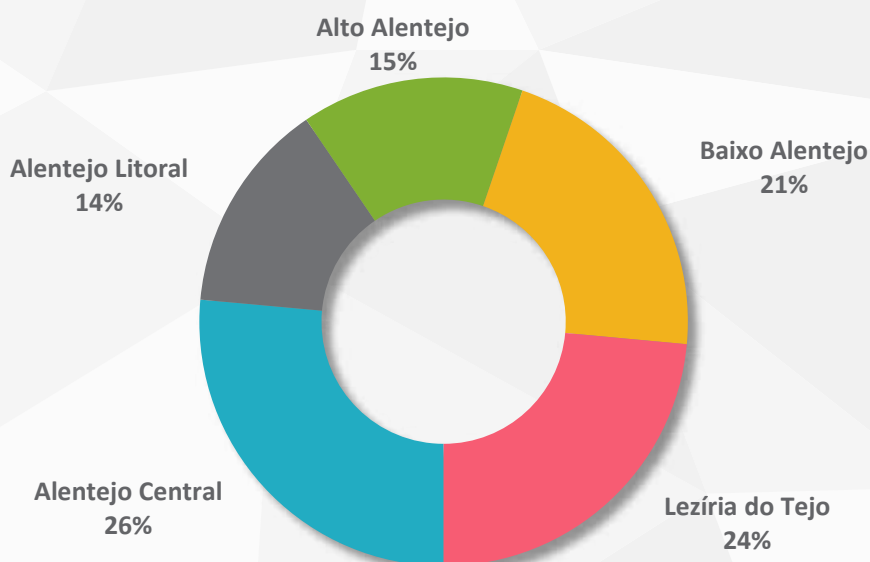
Gráfico 1 - O Investimento por Programa Operacional no Alentejo

Investimento Elegível (Março 2019)



A maior parte do investimento aprovado para a região é realizado ao abrigo das candidaturas ao Alentejo 2020, seguindo-se o PDR 2020 e o COMPETE 2020. Os três programas são responsáveis por 78% do investimento elegível candidatado ao abrigo dos fundos europeus.

Gráfico 2 – O Investimento no Alentejo por NUTS III
Investimento Elegível (Março 2019)

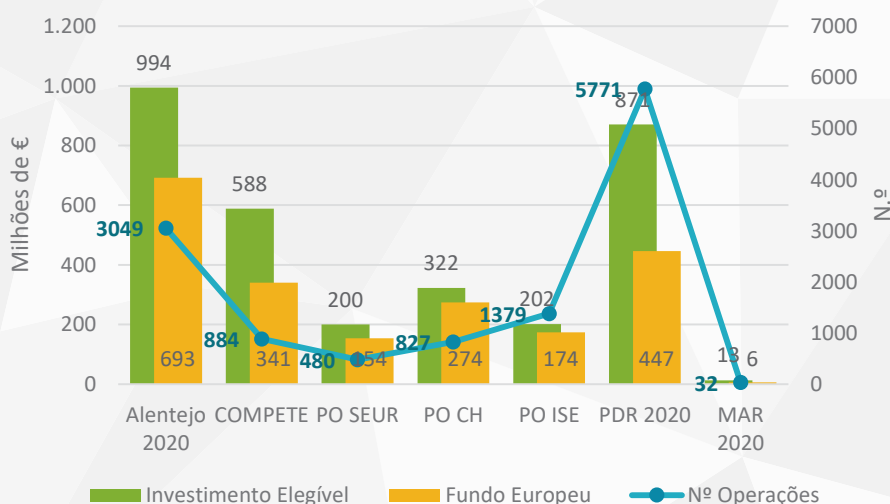


Em contrapartida, o maior volume de investimento elegível encontra-se no Alentejo Central, seguido de perto pela Lezíria do Tejo, entre estas duas NUTS III encontra-se 50% do investimento elegível aprovado para esta região.

Operações aprovadas por programa operacional

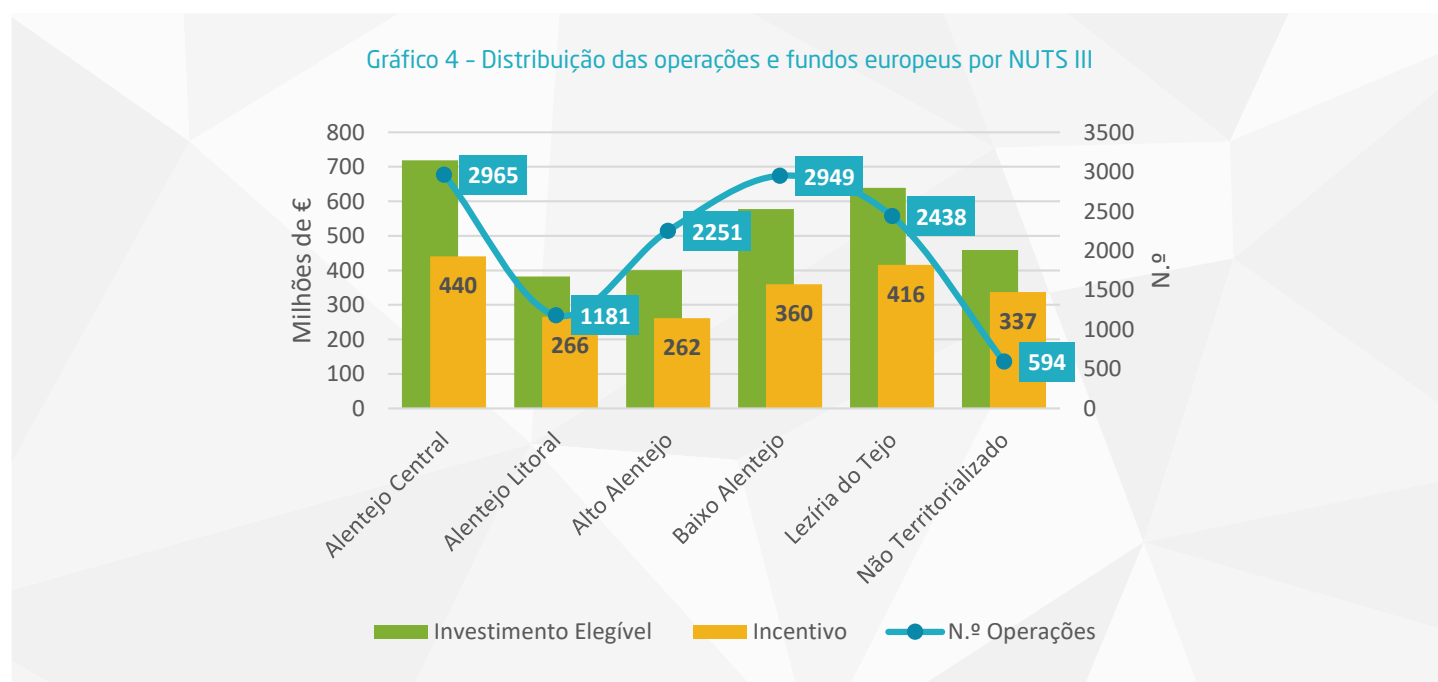
À data de realização deste estudo, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020, o PDR 2020 e o COMPETE 2020.

Gráfico 3 – Os Programas Operacionais no Alentejo



O PDR 2020 pelas suas características adequa-se à base económica do Alentejo e, por ter sido o primeiro a arrancar, é o que tem mais operações aprovadas, 46% do total. Por sua vez, o ALENTEJO 2020 apresenta o maior volume de investimento elegível, com 994 milhões de euros e é o programa que mais fundos europeus mobiliza, 693 milhões de euros, (33%) e o COMPETE 2020 é o programa que apresenta maior valor médio de investimento por projeto (mais de 666 mil euros/projeto). Refira-se que, com a evolução do período de programação, está a notar-se uma diminuição do peso do PDR 2020 no contexto global da aplicação de fundos europeus no Alentejo, como resultado de uma evolução gradual na execução dos outros PO, designadamente o Alentejo 2020 e o POCH, enquanto o PDR 2020 já atingiu uma fase de maturidade.

A distribuição territorial dos fundos europeus dá uma perspetiva que permite constatar, ainda que de forma algo grosseira, algum do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território. A observação do gráfico 2, que representa a distribuição dos fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (cerca de 24%) ocorre simultaneamente nas NUTS III Alentejo Central e Baixo Alentejo, sendo que a primeira é a mais representativa no que respeita a investimento elegível (23%) e fundo europeu aprovado (21%) para apoiar as operações em curso. Em termos de relevância a Lezíria do Tejo também assume algum destaque, pois representa mais de 20% do investimento elegível e fundo europeu aprovado.

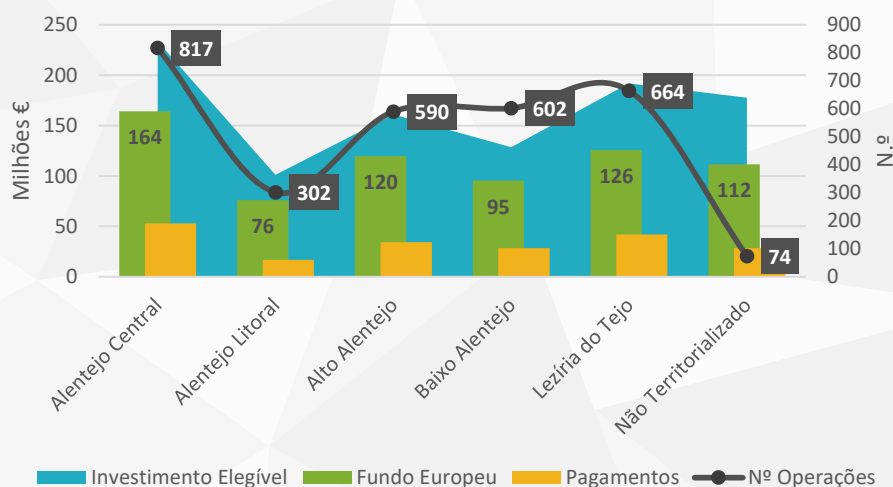


Também faz sentido fazer uma chamada de atenção para o elevado número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes com particular destaque para o FSE, que representa mais de três quintos das operações não territorializadas, face às normas do fundo e ao tipo de beneficiários, que dificultam muito a sua afetação territorial. Por sua vez, o FEDER que representa 36% das operações e do fundo europeu não territorializado, mas neste caso face à existência de um determinado número de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.

Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020

O Alentejo 2020 é financiado por dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e desta forma não é de estranhar que seja responsável por cerca de 85% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 90% no que diz respeito a investimento elegível, fundo europeu aprovado e pagamentos efetuados. De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma que está sujeita a segredo estatístico o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 13%.

Gráfico 5 - O Alentejo 2020 por NUTSIII

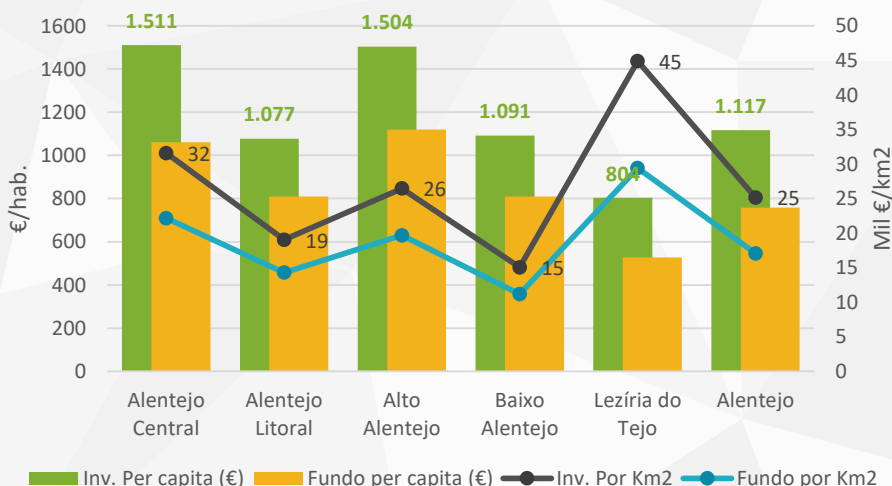


A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo deste Programa Operacional evidencia que a NUTS III Alentejo Central se destaca das demais por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (24% do total). Também se observa um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações que não se conseguem territorializar e que no seu conjunto representam cerca de 16% dos fundos aprovados para apoiar as operações.

As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes no Alentejo 2020 e são particularmente evidentes ao nível das Tipologias de Intervenção: Qualificação e Inovação de PME e Reabilitação Urbana do FEDER e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis e Redução do Abandono Escolar do FSE, tipologias que estão associadas a operações com beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

A fim de permitir avaliar os impactos do Alentejo 2020 na região, calculou-se um conjunto de indicadores de densidade que permitem traçar uma retrospectiva do que se está a passar relativamente ao peso dos fundos europeus na região. Desta forma, constata-se que o Alentejo Central apresenta o maior volume de investimento *per capita*, enquanto o Alto Alentejo detém o maior volume de fundos europeus aprovados *per capita* (1 120 €/hab.) neste Programa Operacional. No que respeita ao volume de investimento por unidade de área, verifica-se que este é maior na Lezíria do Tejo, indiciando uma maior concentração do investimento nesse território. Contudo, quando comparado, o peso dos fundos europeus no investimento elegível é menor na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central do que nas restantes NUTS III, nas quais supera os 74%.

Gráfico 6 - Indicadores de densidade no Alentejo 2020 por NUTSIII

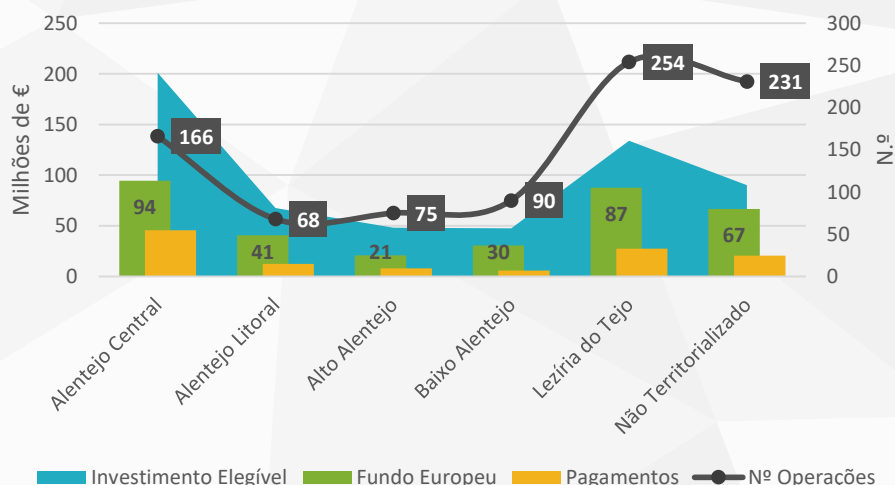


Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020

O COMPETE também é suportado por vários fundos estruturais, no caso o FEDER, o FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos, e o Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.

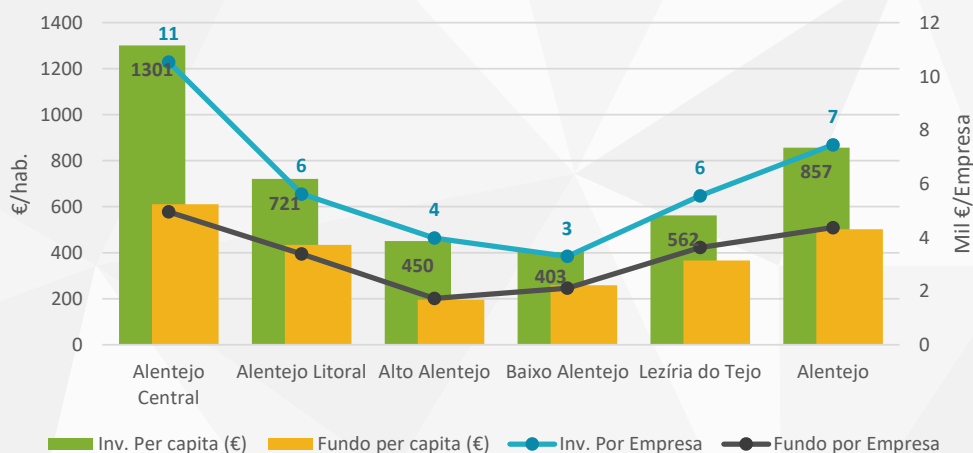
Nesta altura, o FEDER é o mais representativo atingindo valores que variam entre os 74% do número de operações e do fundo aprovado para as apoiar e os 86% do investimento elegível e os 91% dos pagamentos efetuados, indiciando ser também o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa.

Gráfico 7 - O COMPETE 2020 por NUTSIII



No diz respeito à distribuição territorial este PO temático incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo que detêm 28% e 26%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações, indiciando que estas duas NUTS III são as mais dinâmicas do ponto de vista empresarial. Saliente-se também o grande número de operações não territorializadas (26% do total) que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo qualificado e criativo; Internacionalização das PME e Empreendedorismo e Inovação Social.

Gráfico 8 - Indicadores de densidade no COMPETE 2020 por NUTSIII



Relativamente aos indicadores de densidade verifica-se que o Alentejo Central é a NUTS III que apresenta valores mais elevados de investimento elegível per capita e fundo europeu *per capita*, respetivamente. O mesmo se passa no que respeita aos valores observados por empresa, indiciando claramente uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nesta NUTS III. De referir ainda que, no Alentejo Central, apenas 47% do investimento elegível é suportado pelos Fundos Europeus, quando a média regional deste indicador se situa nos 59%.

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

Este programa operacional está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. Em termos de distribuição territorial no Alentejo, esta diverge um pouco das distribuições anteriores, pois assume a sua maior expressão nas NUTS III Baixo Alentejo, com 31% do investimento elegível e 34% do apoio aprovado; em segundo plano, destacam-se o Alentejo Litoral e a Lezíria do Tejo com 22% e 26% do investimento elegível; e 25% e 22% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas, respetivamente.

A maior parte das operações aprovadas estão inseridas na tipologia Ciclo Urbano da Água, que mobiliza 58% do fundo europeu aprovado para apoiar as operações inseridas neste PO temático. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas estão inseridas na tipologia Eficiência Energética nas Habitações, que representa 74% do investimento elegível e 61% do fundo europeu não territorializado.

Gráfico 9 - O PO SEUR por NUTS III

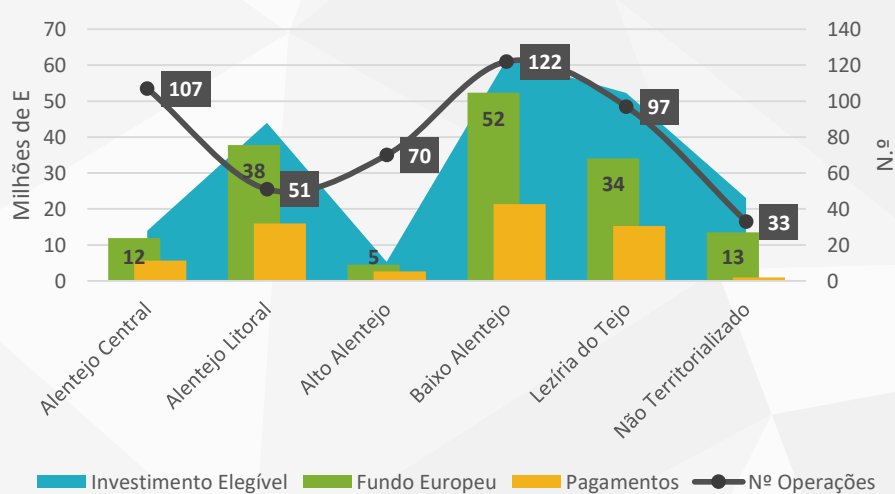
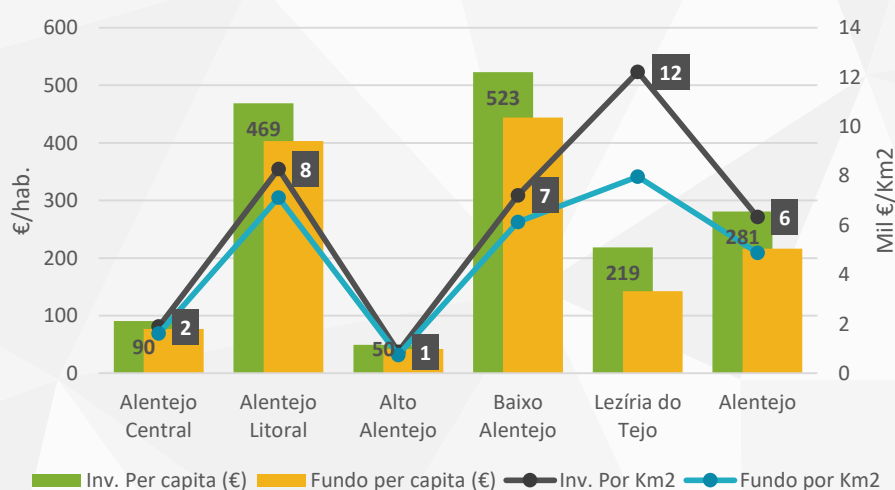


Gráfico 10 - Indicadores de densidade no PO SEUR por NUTSIII

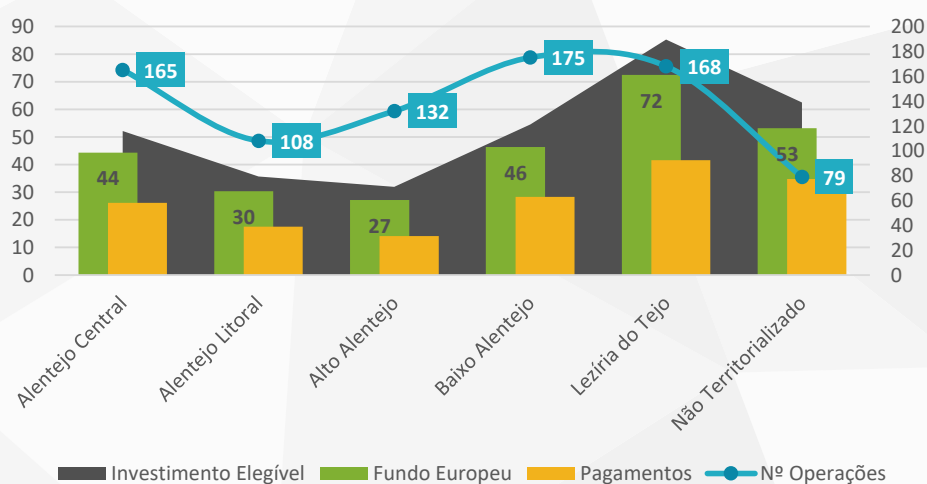


No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral são as NUTS III que apresentam valores mais elevados de investimento elegível *per capita* e fundo europeu *per capita*, claramente indicativos de um investimento mais elevado por habitante destas NUTS III. Relativamente aos valores observados por unidade territorial, estes revelam-se mais elevados na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral indiciando uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nestas duas NUTS III. De salientar que, em quatro das cinco NUTS III do Alentejo, excetua-se a Lezíria do Tejo, a parte do investimento elegível suportada pelos Fundos europeus é superior a 85%, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 77%.

Programa Operacional Capital Humano - PO CH

O POCH tem o FSE como único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca, é a que apresenta maior número de operações aprovadas (20%), de investimento elegível (26%) e de fundo europeu mobilizado para as apoiar (26%). Merece destaque também o número de operações e de fundo europeu mobilizado em operações não territorializadas (10%), que concentram 19% do investimento elegível e do incentivo concedido, e estão muito ligadas dificuldade em associar as operações ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação avançada.

Gráfico 11 - O PO CH por NUTS III

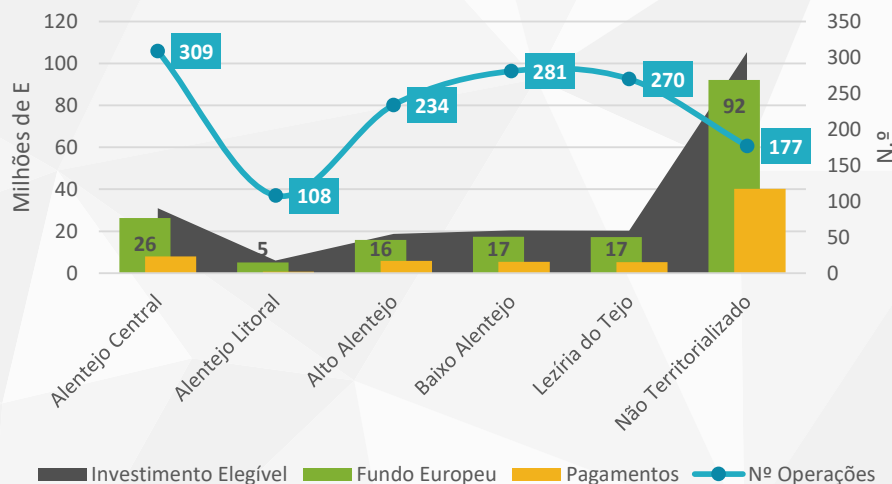


Os indicadores de densidade são apresentados e analisados no gráfico 13.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

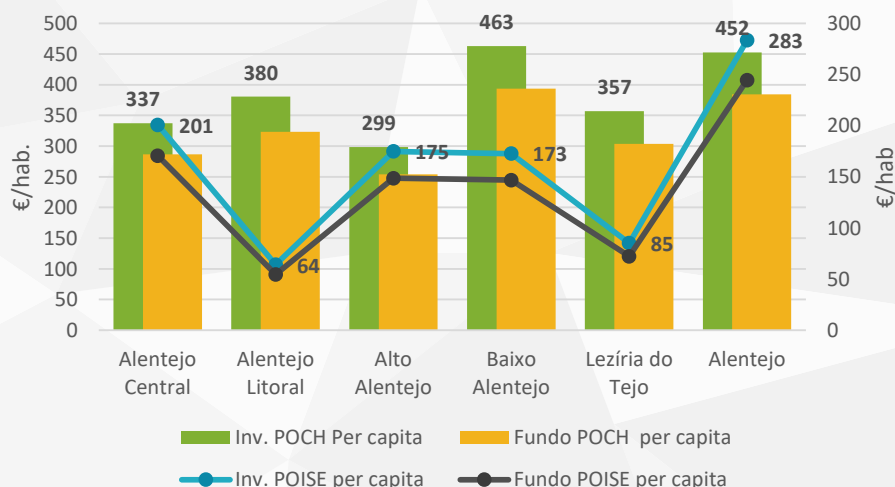
Este programa operacional tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, constata-se que todas as NUTS III da região primam por apresentar valores baixos. As operações não territorializadas, constituem a exceção, e assumem predominância com 13% das operações contratadas e 53% do investimento elegível e do fundo europeu aprovados para as financiar.

Gráfico 12 - O PO ISE por NUTS III



Esta situação deve-se às tipologias de intervenção com dificuldade em associar a sua ligação ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos adultos no mercado laboral; Iniciativa Emprego Jovem, e Integração dos jovens no mercado laboral.

Gráfico 13 - Indicadores de densidade no POCH e no POISE por NUTSIII

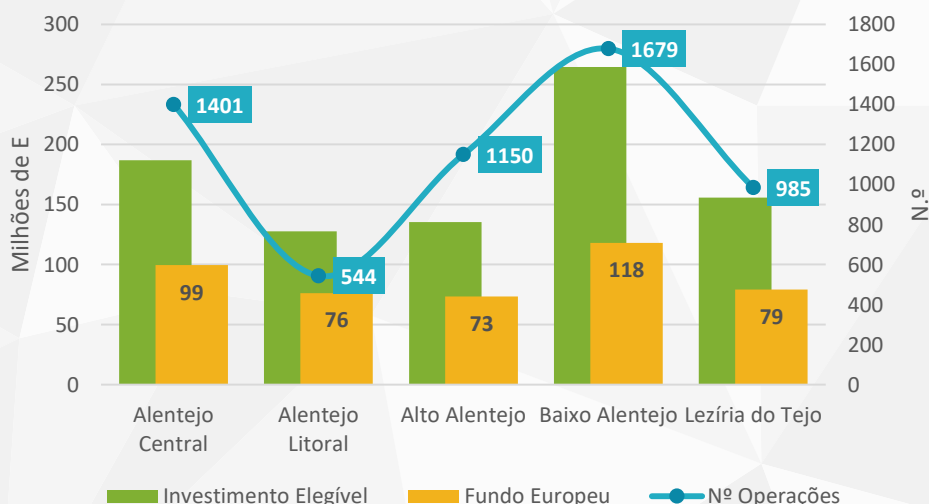


No que concerne aos indicadores de densidade no caso dos POCH e POISE, uma vez que se tratam de programas virados para a qualificação das populações, optou-se por calcular os indicadores *per capita*. Em ambos se observa que os valores obtidos para a região são significativamente superiores aos valores das NUTS III, esta situação é devida ao facto de existirem em ambos os PO um conjunto muito alargado de operações não territorializadas. Ainda assim, e no caso do POCH, assume algum destaque o Baixo Alentejo, a única NUTS III na qual os valores dos indicadores superam a média regional. No caso do POCH estão contratadas operações que pressupõem um valor de investimento na região superior a 452 euros/habitante, enquanto no POISE esse valor ascende a cerca de 283 euros/habitante.

Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020

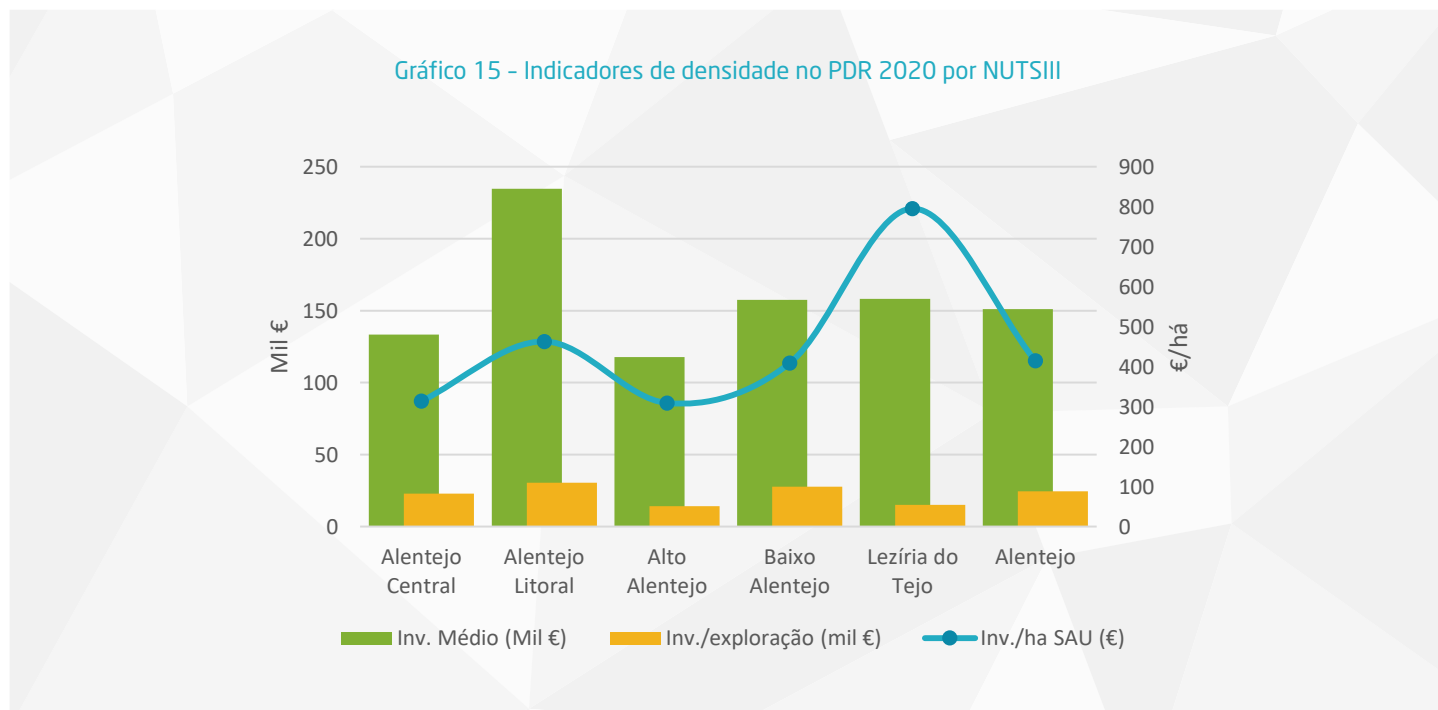
O PDR 2020 é financiado exclusivamente pelo FEADER e tem sofrido alterações muito ligeiras de trimestre para trimestre, por ter sido o primeiro programa a atingir a maturidade e a ter a maior parte do fundo comprometido. Quando se olha para a distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, verifica-se que a mesma se encontra relativamente equilibrada com valores compreendidos entre os 16% no Alto Alentejo e os 26% no Baixo Alentejo. Esta NUTS III destaca-se um pouco mais, uma vez que apresenta o maior número de candidaturas aprovadas (29%) e o maior volume de investimento elegível (30%).

Gráfico 14 - O PDR 2020 por NUTS III



Esta situação está ligada à alteração do modelo de exploração agrícola induzido pelo EFMA - Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, que se traduz numa maior procura de apoios ao investimento no sentido de intensificar a produção agrícola.

No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta maiores valores de investimento médio (superior a 234 mil euros) e maior volume de investimento por exploração (30,6 mil euros), indiciando uma mobilização muito grande de investimento para esta sub-região. Por sua vez, a Lezíria do Tejo é a NUTS III que apresentam maior volume de investimento por unidade de área, superior a 795 €/ha, indiciando uma maior intensidade de investimento nas explorações localizadas nesta NUTS III.



Artigo da responsabilidade de **Carlos Almeida**, técnico superior - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em destaque



Ficha de Projeto

Projeto:

Construção do Centro de Saúde de Sines

Beneficiário:

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.

Concelho (Localização Física da Operação):

Sines

Investimento Elegível Aprovado:

€ 1.949.035

FEDER Aprovado:

€ 1.656.679



Descrição:

A operação consiste na construção de um edifício de raiz para o Centro de Saúde de Sines, com infraestruturas técnicas, modernas e adequadas às exigências atuais, em simultâneo com o apetrechamento desta infraestrutura com todo o equipamento considerado necessário para a prática da prestação de cuidados de saúde.

Melhorar o acesso, a qualidade e a humanização dos cuidados de Saúde prestados, por forma a garantir a melhoria das condições de saúde, são entre outros, os objetivos que se pretendem com a concretização deste investimento.

Para o beneficiário Administração Regional de Saúde do Alentejo, estabeleceu-se como prioridade dotar o Centro de Saúde de Sines com novas instalações detentoras de infraestruturas técnicas, modernas e adequadas às exigências atuais e equipar os gabinetes médicos, de enfermagem, salas de tratamento, salas de espera e outros espaços destinados aos utentes e aos profissionais, sobretudo com equipamento administrativo e médico adequado ao desempenho das suas funções e à prática da prestação de cuidados de saúde.

Num contexto de coesão social e territorial, a área da saúde tem que acompanhar o desenvolvimento das restantes áreas associadas, tais como a educação, proteção social, cultura e património, de forma a convergirem para uma política comum no âmbito do acesso das populações a serviços básicos. Tendo em conta os investimentos prioritários para a região, há que reforçar as condições de prestação de cuidados de saúde, nomeadamente em centros de saúde, extensões e unidades de saúde familiar, de forma a contribuir também, para o combate à desertificação. Pretende-se assim, proporcionar melhores condições às populações, como forma de estímulo à fixação de população jovem.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.

Descrição:

O projeto desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Évora, tem como foco a valorização do património da Igreja da Misericórdia e como objetivo tornar visível e acessível a todos, a riqueza cultural e histórica da igreja, dando o seu contributo para o desenvolvimento sustentável da região.

O edifício da Igreja da Misericórdia faz parte de um amplo conjunto arquitetónico, pois as paredes do alçado norte incorporam a antiga muralha romana. É em particular nos azulejos desses painéis, que foram feitas as maiores intervenções. A pertinência da operação justifica-se por dois fatores distintos, nomeadamente, pela oportunidade de inovar e disponibilizar a Igreja ao circuito turístico de Évora, conciliado com a sua utilização para culto e pela urgência de preservação de um património cultural e histórico.

A intervenção realizada, não só sobre a azulejaria e a talha, mas também sobre o próprio edifício, originou a reparação de vários elementos e das zonas deterioradas. Sendo a Igreja da Misericórdia um exemplar do património arquitetónico de enorme valor histórico e artístico em Évora, com esta intervenção é possível garantir a salvaguarda dos valores patrimoniais, incentivar e assegurar a fruição cultural da Igreja a visitas temáticas guiadas e desenvolver várias ações para que a Igreja faça parte de uma rede de bens culturais que contribua para a revitalização turística e económica da Cidade de Évora.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.

Ficha de Projeto

Projeto:

Igreja da Misericórdia - Valorização do Património

Beneficiário:

Santa Casa da Misericórdia de Évora

Concelho (Localização Física da Operação):

Évora - União das freguesias de Évora
(São Mamede, Sé, São Pedro e Santo Antão)

Investimento Elegível Aprovado:

€ 409.580

FEDER Aprovado:

€ 348.143



ALENTEJO 2020

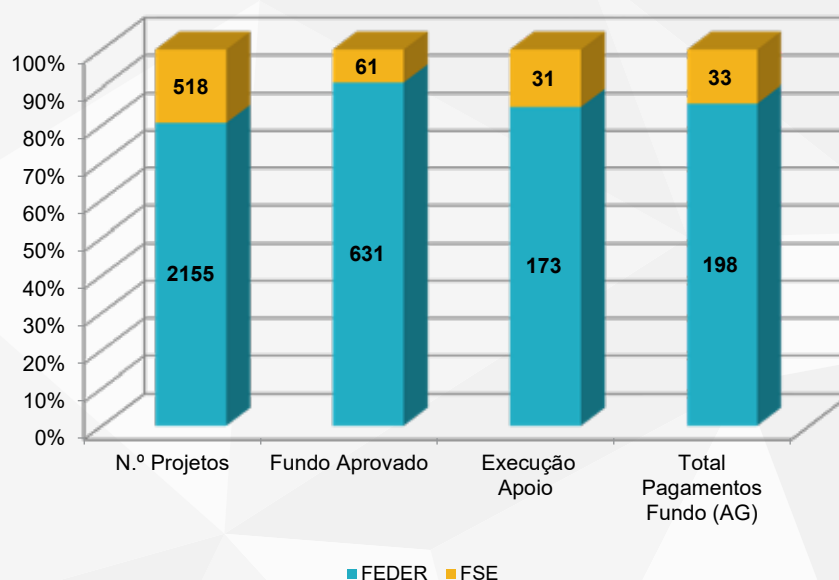
Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Síntese de execução do ALENTEJO 2020

Situação a 31 de março de 2019

Os dados constantes nesta síntese foram disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020 e referem-se a 31 de março de 2019. Com base nestes, pode observar-se que foram aprovados no âmbito do Alentejo 2020 um total de 692 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 2.673 operações, sendo que 81% destas operações e 91% dos fundos europeus foram aprovados no âmbito do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

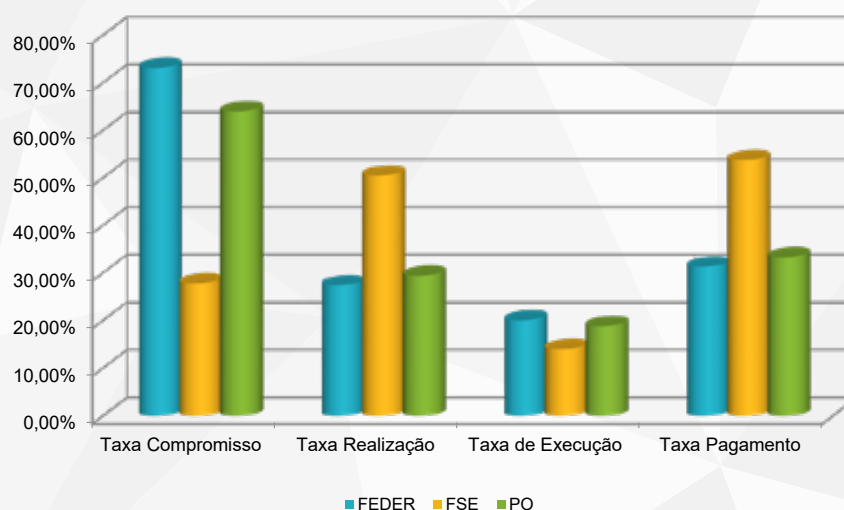
Gráfico - Síntese da Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 204 milhões de euros, a maior parte deles (85%) no âmbito do FEDER, e foram pagos a promotores perto de 231 milhões de euros.

Gráfico - Indicadores de Execução do Alentejo 2020



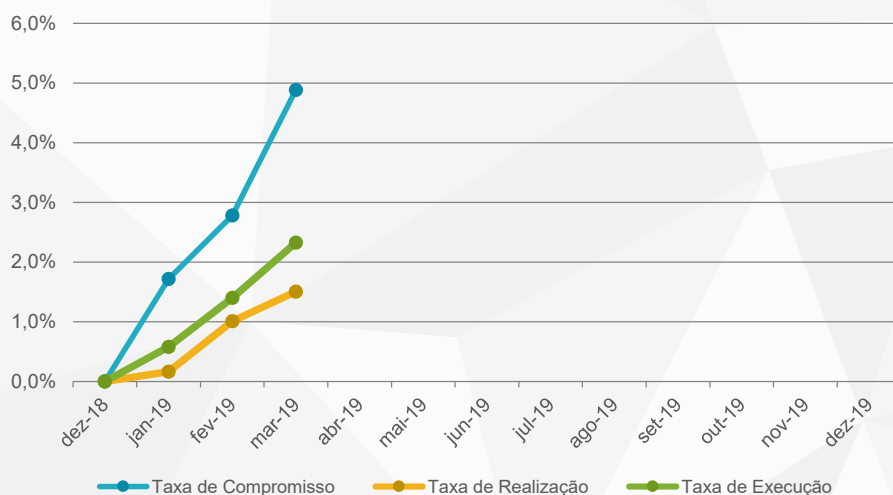
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

No que concerne à execução do programa, através da análise efetuada aos indicadores produzidos, constata-se que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores superiores a 64% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores de 29% e 19%, respetivamente, e valores já consideráveis (33%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa próximo dos 54%.

No que se refere aos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, o FSE - Fundo Social Europeu apresenta taxas de realização e de pagamento superiores, face à possibilidade de conceder adiantamento aos beneficiários após a aprovação das operações.

A evolução dos indicadores de execução do ALENTEJO 2020 até 31 de março, foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso que cresceram quase 5% durante o primeiro trimestre do ano, situando-se nesta altura nos 64%, valor superior em 22 p.p. ao registado em março de 2018. As taxas de realização e de execução apresentam acréscimos positivos de 1,5 e 2,3 pontos percentuais, respetivamente. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 2,3 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em mais de 25 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.

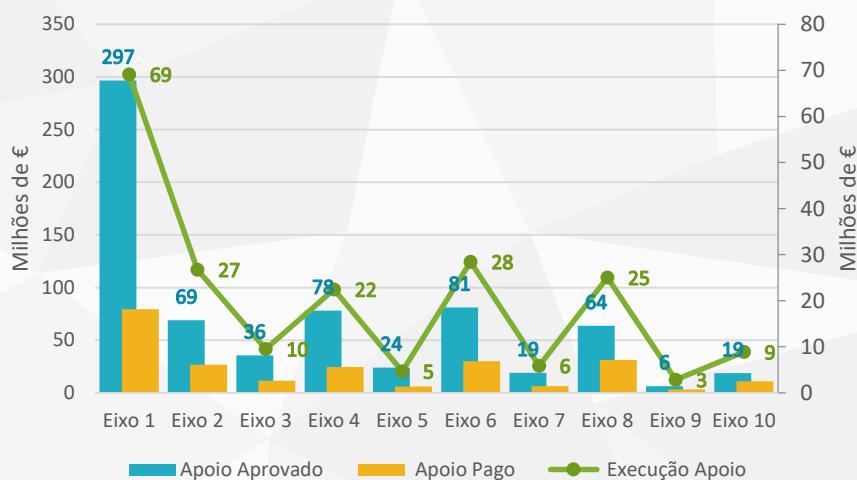
Gráfico - Evolução dos Indicadores de Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Ao nível dos Eixos Prioritários constata-se que cinco deles, 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, representam 86% do investimento elegível aprovado no Alentejo 2020. Em 31 de março de 2019, esses cinco eixos representavam 85% dos fundos aprovados, 84% do fundo executado e 83% dos fundos pagos.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários



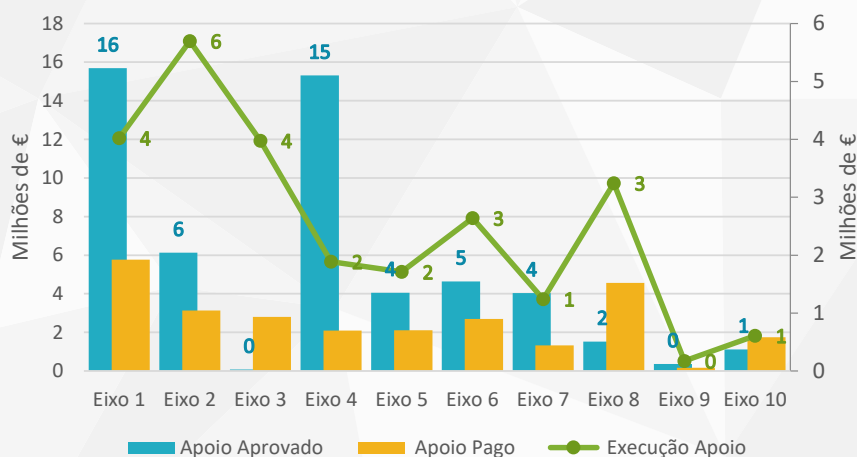
Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

De entre os Eixos Prioritários mencionados, a nível de valores acumulados desde o início do programa, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (43%), seja a nível de Fundo Executado (34%), e também de Fundo Pago (35%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e à dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

A análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 no primeiro trimestre de 2019, permite observar que foram aprovadas 323 operações que promoveram a aprovação de cerca de 53 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 8% relativamente ao final do ano transato.

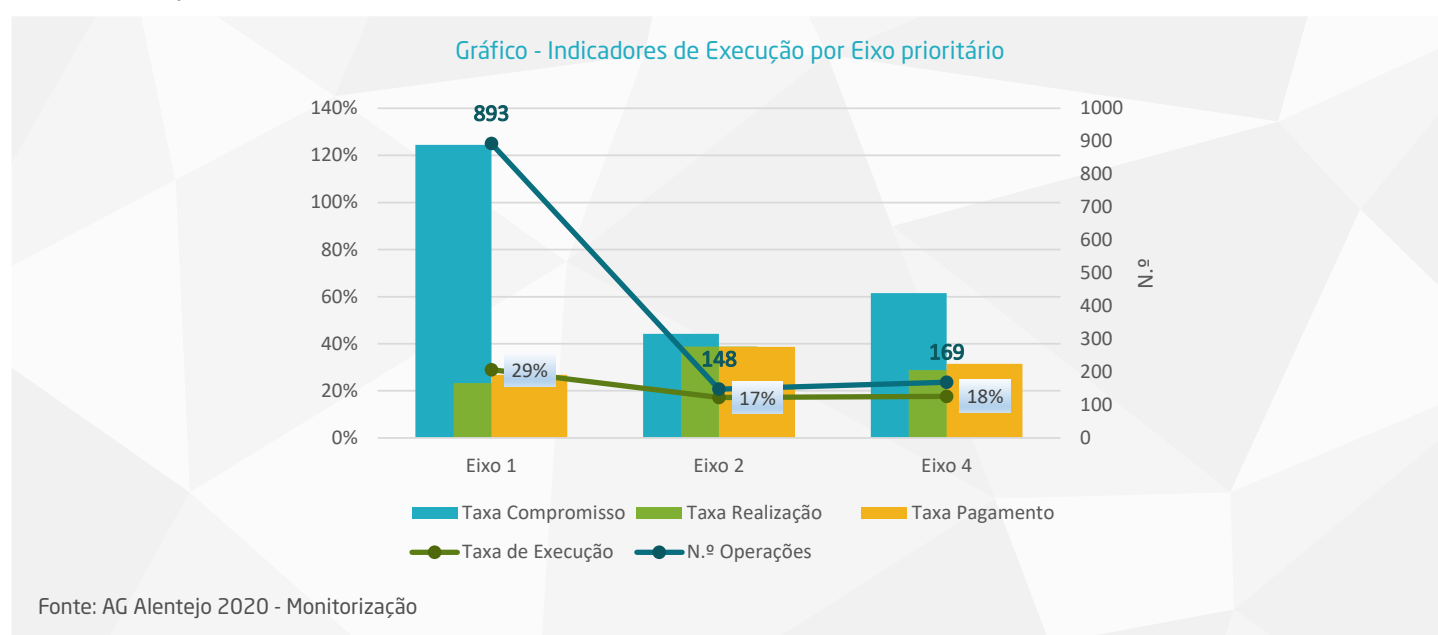
No mesmo período, foram executados cerca de 25 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 26 milhões, valores que, relativamente ao ano anterior, representam acréscimos de 14% e 13%, respetivamente. Neste período destacaram-se os Eixos 1 e 4, que registaram os maiores acréscimos de fundo aprovado. No que respeita ao apoio pago destacaram-se os Eixos 1 e 8 e quanto à execução dos apoios, o destaque vai para o Eixo 2. Os Eixos 3 e 9 registaram um nível muito baixo de aprovações e os Eixos 7, 9 e 10 com valores muito reduzidos de execução e baixos valores de pagamentos.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários durante o ano de 2018



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise dos indicadores de execução tomando como referência os três Eixos Prioritários mais representativos: 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, que detém a maior dotação de fundos europeus, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, que detém a maior dotação de FSE, e 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável. No que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1, com valores que superam os 100%, relacionado com o facto de os valores de execução se situarem normalmente um pouco abaixo das aprovações, dando margem para a execução total da dotação.

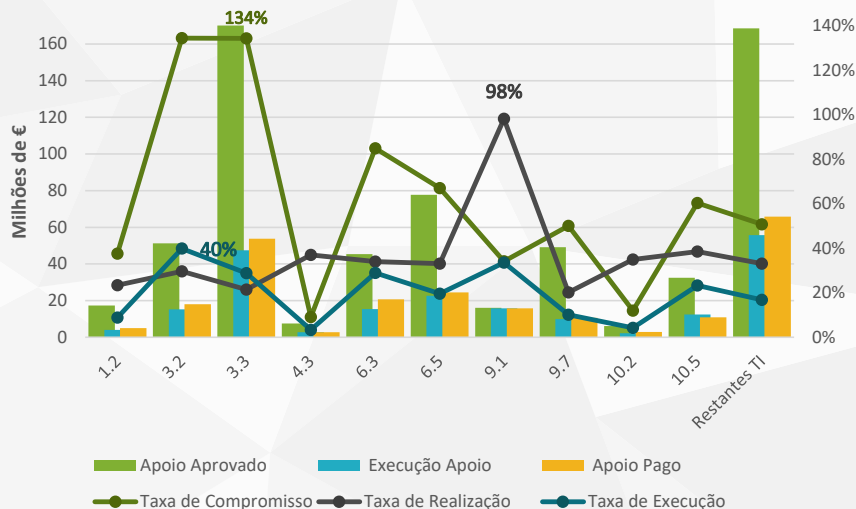


Relativamente às taxas de realização e de pagamento, os eixos analisados apresentam valores muito similares, destacando-se ligeiramente o Eixo 2, cujos valores se situam nos 38%.

No que concerne à taxa de execução, destaca-se o Eixo 1, com 29%, superior à média do programa (18.9%). A este nível, as diferenças registadas entre estes três eixos (1, 2 e 4) são particularmente evidentes ao nível do fundo comprometido e do número de operações aprovadas, com vantagem para o Eixo 1, que continua a ser o mais dinâmico, e apresenta o melhor valor de execução. De referir que todos os Eixos Prioritários já apresentam valores de execução, se bem que dois deles, o 5 - Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos e o 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, com taxas de execução reduzidas, ainda assim superiores a 5%.

As dez Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, são: (1.2 - A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior...; 3.2 - O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural; 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano; 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção de igualdade de oportunidades e da participação ativa e da melhoria da empregabilidade; 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local...; 10.2 - Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior; e 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas).

Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

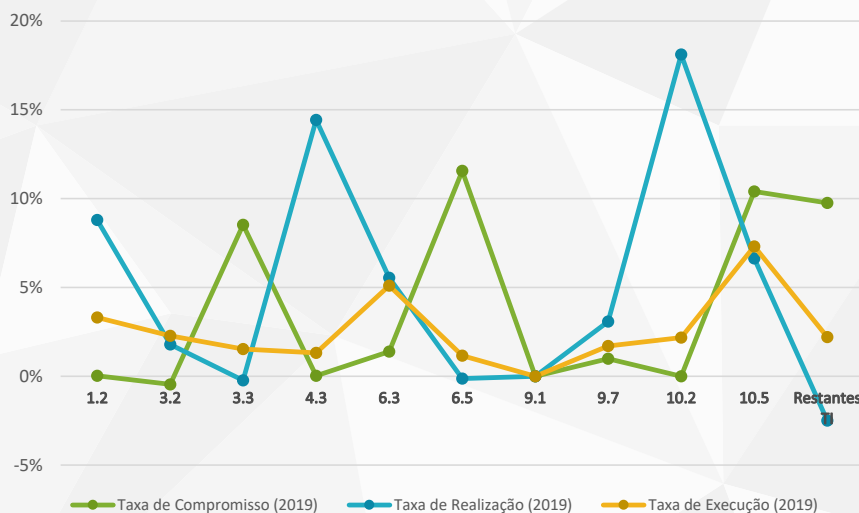
Na análise efetuada à execução das diferentes PI no âmbito do ALENTEJO 2020, destaca-se das demais a PI 3.3, que apresenta maior volume de incentivo aprovado, perto de 221 milhões de euros e maior volume de execução. Contudo, em termos de taxas, a maior taxa de compromisso encontra-se nas PI 3.2 e PI 3.3 com 134%, enquanto a maior taxa de execução (40%) se encontra na PI 3.2.

Por sua vez, a maior taxa de realização é detida pela PI 9.1. Além da PI 3.2, apenas a PI 3.3 regista valor de compromisso superior à dotação prevista no Programa Operacional, valores esses alterados em resultado da reprogramação do programa, que reduziu substancialmente a dotação de fundos europeus na PI 3.3.

No polo oposto, no âmbito das PI com maior dotação de fundos europeus, vamos encontrar as PI 4.3 e 10.2, com poucas operações aprovadas, 15 e 13 respetivamente, as quais proporcionam taxas de compromisso (9% e 12%), realização (37% e 35%) e de execução (3% e 14%) muito baixas.

Ainda existem três PI (4.2 - Promoção da eficiência energética, 8.1 - Acesso ao emprego, e 11.2 - Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação) que não foram mobilizadas, devido à não abertura de avisos de concurso.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Prioridade de Investimento durante o ano de 2018



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Particularizando a análise por PI no primeiro trimestre de 2019, constata-se que as taxas de compromisso das várias PI seguem trajetórias algo diferenciadas, designadamente as PI 3.3, 6.5 e 10.5 que apresentaram maior crescimento de volume de incentivo comprometido com valores que superam os 10 p.p. neste primeiro trimestre.

No polo oposto estão as PI 1.2, 3.2, 4.3, 9.1 e 10.2., sem qualquer acréscimo nos valores comprometidos. Ao nível das taxas de realização, os maiores acréscimos do ano corrente registam-se na PI 4.3 com 14 pp, e PI 10.2 com um acréscimo de 18 pp. Estes valores resultam de descativações. Em sentido oposto, o comportamento que se observa nas PI 3.3, 6.5 e 9.1, sem qualquer variação na taxa de realização, parece indiciar que a execução acompanha a aprovação de incentivos.

Por fim, no que respeita às taxas de execução, estas seguem um padrão semelhante durante o primeiro trimestre de 2019, destacando-se as PI 6.3 com um acréscimo de 5pp, e a PI 10.2 que regista um aumento de 7pp em 2019. A PI 9.1 não registou qualquer execução neste último trimestre.

*Artigo da responsabilidade de **Carlos Almeida**, técnico superior - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.*



